

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLO 1.ª REVISÃO PDM AVEIRO (2020-2024)

Maio 2025

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Alteração ao Quadro De Referência Estratégico.	4
3 - FORMA COMO AS CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS E O RELATÓRIO AMBIENTAL FORAM INTEGRADOS NA REVISÃO DO PDM DE AVEIRO	6
4. DIRETRIZES DE SEGUIMENTO E INDICADORES DE CONTROLO	8
5. MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 11.º DO DECRETO- LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO	9
5.1 Diretrizes de Planeamento e Gestão	9
5.1.1 Fator Crítico Reabilitação Urbana e Qualidade de Vida	9
5.1.2 Fator Crítico Mobilidade e Acessibilidade	10
5.1.3 Fator Crítico Património Natural e qualidade dos parâmetros ambientais	11
5.1.4 Fator Crítico Competitividade e Desenvolvimento Económico	13
5.1.5 Fator Crítico Coesão e Inclusão Social	14
6. Diretrizes de Monitorização	15
7. Análise e Verificação dos indicadores de Seguimento	19
7.1 Fator Crítico - Reabilitação Urbana e Qualidade de Vida	20
7.1.1 Analise Fator Crítico - Reabilitação Urbana e Qualidade de Vida	22
7.2 Fator Crítico Mobilidade e Acessibilidade	24
7.2.1 Analise Fator Crítico - Mobilidade e Acessibilidade	26
7.3 Fator Crítico Património Natural e qualidade dos parâmetros ambientais.	28
7.3.1 Analise Fator Crítico Património Natural e Qualidade dos Parâmetros Ambientais	32
7.4 Fator Crítico - COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	35
7.4.1 Analise Fator Crítico - COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	38
7.5 Fator Crítico - COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL	41
7.5.1 Analise Fator Crítico - COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL	43
8. Revisão dos Indicadores de Seguimento da Proposta de Seguimento	45
9. Considerações Finais	46
10. Bibliografia	49

1. INTRODUÇÃO

A 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Aveiro foi publicada através do Aviso n.º 19708/2019, na 2.ª Série do Diário da República, n.º 236, a 9 de dezembro de 2019. Esta revisão está sujeita ao processo de Avaliação Ambiental (AA), conforme o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, que incorporam os requisitos da Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho.

A 24 de janeiro de 2024, foi realizada a 1.ª Correção Material, publicada pela Declaração n.º 9/2024, na 2.ª Série do Diário da República, n.º 17, para ajustar incorreções cartográficas resultantes de discrepâncias de cadastro, transposição de escalas e definição de limites físicos no terreno. Devido a erros de transcrição, uma retificação adicional foi publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 46, pela Declaração de Retificação à 1.ª Correção Material do PDM (n.º 160/2024), a 5 de março de 2024.

Decorrente da elaboração do Plano de Pormenor do Cais do Paraíso, foram estabelecidas Medidas Preventivas para a área, com um prazo inicial de 18 meses, publicadas pelo Aviso n.º 21540/2023, a 8 de novembro de 2023. Em reunião de Câmara realizada a 6 de fevereiro de 2025, foi deliberada a prorrogação do prazo para a elaboração do Plano de Pormenor e das Medidas Preventivas, que foram aprovadas na sessão ordinária da Assembleia Municipal em 28 de fevereiro e remetidas para publicitação em DR.

A qualificação da 1.ª Revisão do PDM de Aveiro à sujeição de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) cumpre o disposto no Artigo 10.º do Regime de Avaliação Ambiental Estratégica (RJAAE), em conjugação com o Artigo 151.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). Adicionalmente, o Artigo 10.º da Diretiva 2001/42/CE determina o acompanhamento e a avaliação contínua dos efeitos significativos dos Planos e Programas implementados.

Embora o conteúdo do Relatório de Avaliação e Controlo não esteja explicitamente definido no regime jurídico da AAE, a Declaração Ambiental exige, entre outros elementos, a inclusão de medidas de controlo que devem ser detalhadas nesse relatório. A Declaração Ambiental do PDM foi submetida à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), em conformidade com a legislação vigente.

Este relatório tem como principal objetivo avaliar e monitorizar os impactos significativos que a implementação da 1.ª Revisão do PDM pode gerar no ambiente, assegurando a eficácia das medidas implementadas e identificando oportunidades de melhoria. Dado o ritmo evolutivo e a escala do plano, considera-se que uma análise consistente só poderá ser realizada após cinco anos de implementação, quando os dados coletados forem suficientemente robustos.

2. ALTERAÇÃO AO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO.

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) deve refletir a dinâmica do ciclo de planeamento, considerando as alterações legais e estratégicas ocorridas nos últimos anos que impactaram o Ordenamento do Território e a elaboração de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT). De acordo com o GUIA DE MELHORES PRÁTICAS PARA A AAE, o programa de seguimento deve integrar no Relatório de Avaliação e Controlo as alterações verificadas no Quadro de Referência Estratégico (QRE).

Face às sucessivas mudanças legais, torna-se, essencial rever as alterações no QRE, como base fundamental para a Avaliação Ambiental Estratégica da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Aveiro. No quadro seguinte, apresenta-se a atualização do QRE entre os anos de 2019 e 2024, destacando a evolução dos documentos de referência nacional, regional e municipal.

QRE - 2019	QRE - 2024
Documentos de referência nacional	Documentos de referência nacional
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	-
Plano Nacional da Água –PNA (Dec. Lei 76/2016 de 9 de novembro)	-
Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA): 2012-2020	-
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB, 2009) – Rede Natura 2000 – RCM n.º 115-A/2008 de 21 de julho aprova Plano Setorial para a rede Natura 2000 (PSRN2000)	-
Estratégia Nacional para a gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)	-
Estratégia Nacional para as Florestas (Resolução de Conselho de Ministros 6-B/2015 de 4 de Fevereiro)	-
Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020) (aprovado pela Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de Setembro.	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos PERSU 2030 -RCM n.º 30/2023 de 24 de Março
PENSAAR 2020 – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais	Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030), RCM 23/2024 de 5 de fevereiro
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT 2007)	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) (Lei n.º 99/2019, de 05 de setembro)
ENAR 2020 – Estratégia Nacional para o Ar	
	Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050) – Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2019 de 1 de julho
	Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC2030)
Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPI – ENAAC 2020 e PNAC 2020-2030	Lei de Bases do Clima (lei 98/2021 de 31 de dezembro)
Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP)	Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPIc)
	Programa ECO.AP 2030 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2024, de 30 de outubro.

Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas 2014 – 2020 (PETI3+, 2014)	-
Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)	-
Estratégia Nacional para a Habitação 2015-2031	-
Estratégia para o Turismo 2027	-
Documentos de referência regional	-
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF,2015) ;	Portaria nº 56/2019, Aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL)
Programa de Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POC, 2017)	-
Plano de Gestão de Região Hidrográfica (RH4) do Vouga, Mondego e Lis (2016)	Plano de Gestão de Região Hidrográfica (RH4) do Vouga, Mondego e Lis - Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024 de 3 de abril, aprova os Planos de Gestão de Região Hidrográfica de Portugal Continental para o período 2022-2027.
Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro (Proposta de PROT-Centro, 2006)	Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro – início do procedimento de elaboração por RCM n.º 117/2021.
Programa Operacional Centro 2020	-
Plano de Gestão dos Riscos de Inundação do Vouga, Mondego e Lis (PGR)	Plano de Gestão dos Riscos de Inundação do Vouga, Mondego e Lis, RH4A, Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024 de 22 de abril de 2024,
Plano Estratégico para a Região de Aveiro 2014-2020	-
Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro	-
Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil (PDEPC)	-
Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro –PIMT-RA	-
Documentos de referência municipal	
Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto (POAAP-PORNDJ, 2005)	-
Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética de Aveiro (PASEA, 2015)	Plano Municipal de Ação Climática (PMAC)
Plano Municipal de Defesa Florestal Contra Incêndios (PMDFCI)	-
Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil (PMEPC)	-
Diagnóstico Social 2019	Diagnóstico Social e Plano Desenvolvimento Social do Concelho de Aveiro 2022-2024
Plano de Desenvolvimento Social 2019 - 2021	-
Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas do Município de Aveiro	-
Plano de Ação Para a Regeneração Urbana (PARU)	-
Plano de Mobilidade Urbana Sustentável	-
Plano Estratégico Para a Cultura do Município de Aveiro	Plano Estratégico para a Cultura 2019-2030

O quadro reflete as mudanças na legislação e nos documentos de referência, garantindo que o processo de Avaliação Ambiental Estratégica esteja atualizado e alinhado com as diretrizes nacionais e regionais.

3 - FORMA COMO AS CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS E O RELATÓRIO AMBIENTAL FORAM INTEGRADOS NA REVISÃO DO PDM DE AVEIRO

No âmbito da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Aveiro, foram identificadas e analisadas as questões prioritárias em matéria de ambiente e sustentabilidade. Estas questões guiaram a definição da estratégia de desenvolvimento para o concelho, assegurando uma abordagem integrada que conciliasse o progresso económico e social com a proteção e valorização das componentes ambientais. Este processo reflete a necessidade de uma visão abrangente e equilibrada na gestão do território, em alinhamento com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Para alcançar esse objetivo, foram definidos quatro objetivos estratégicos fundamentais:

a) Reforçar o modelo territorial:

Para promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável, é fundamental conter os perímetros urbanos, prevenindo a expansão descontrolada e protegendo áreas rurais e ecológicas. A revitalização dos centros urbanos desempenha um papel crucial na inversão de processos de degradação, assegurando que estes espaços se tornem atrativos para habitação e atividades económicas. Deve-se ainda ajustar a densificação urbana às características do território, promovendo um equilíbrio entre áreas edificadas e espaços verdes. A racionalização da rede de equipamentos coletivos também é essencial para garantir o acesso equitativo a serviços essenciais, e a valorização do património cultural e histórico do concelho é indispensável para assegurar a sua preservação e integração harmoniosa no tecido urbano.

b) Valorizar as componentes ambientais:

A preservação e revitalização da estrutura ecológica do território são prioridades para manter os ecossistemas locais e assegurar a sua conectividade. É igualmente importante identificar e prevenir riscos naturais, como cheias e incêndios, bem como riscos tecnológicos, através da implementação de medidas adaptativas e preventivas. A transição energética surge como um objetivo central, promovendo o uso racional da energia e incentivando investimentos em fontes renováveis, como a solar e a eólica. Adotar soluções baseadas na natureza contribui para aumentar a resiliência ambiental e mitigar os impactos das alterações climáticas, reforçando a sustentabilidade do território.

c) Afirmar Aveiro como centro polarizador da região:

Aveiro deve consolidar-se como um polo central na região, destacando a sua identidade cultural e ambiental. Para tal, é necessário dinamizar o conhecimento e as novas tecnologias, promovendo a inovação e a melhoria dos serviços existentes. O turismo sustentável, alicerçado nos recursos naturais e culturais, como a Ria de Aveiro e as tradições locais, deve ser fomentado para reforçar o desenvolvimento económico equilibrado. Adicionalmente, o investimento em serviços especializados e de qualidade é crucial para atrair e reter talento humano e novos investimentos, fortalecendo o papel de Aveiro como um centro de excelência.

d) Coordenar as políticas de mobilidade e ordenamento:

A promoção da mobilidade sustentável exige uma redução da dependência do transporte individual poluente, favorecendo alternativas mais ecológicas. É importante diferenciar claramente entre o trânsito de atravessamento e o tráfego local, otimizando os fluxos viários e assegurando maior eficiência. Diversificar a oferta de percursos, incluindo opções pedonais, cicláveis e fluviais, é fundamental para integrar modos suaves de transporte e garantir acessibilidade inclusiva. Estas ações promovem um ordenamento mais eficiente e sustentável, beneficiando todos os cidadãos.

Além disso, o Relatório Ambiental foi plenamente integrado na revisão do PDM, funcionando como um instrumento orientador que assegurou a incorporação das preocupações ambientais no planeamento territorial. Este documento destaca não apenas os desafios e oportunidades, mas também as medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para minimizar os impactos ambientais adversos das estratégias propostas. A análise realizada permitiu traçar cenários futuros, comparando diferentes alternativas e avaliando os efeitos cumulativos e sinérgicos das ações previstas.

Ao longo do processo de revisão, foram consideradas as recomendações das entidades competentes em matéria de ambiente, o que reforça a legitimidade técnica e legal do documento. A estratégia adotada reflete, pois, o compromisso de Aveiro com o desenvolvimento equilibrado e sustentável, promovendo um território que responde de forma eficaz aos desafios ambientais, sociais e económicos atuais. Este processo assegura a implementação de políticas inclusivas e inovadoras, posicionando Aveiro como um modelo de gestão territorial responsável e progressista.

Desta forma, o PDM de Aveiro continua a revelar-se como um instrumento robusto e dinâmico, capaz de responder às exigências locais e globais, promovendo um território mais equilibrado, resiliente e sustentável.

4. DIRETRIZES DE SEGUIMENTO E INDICADORES DE CONTROLO

Na avaliação ambiental integrada na revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Aveiro, foram considerados os fatores ambientais e de sustentabilidade previstos na alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho. Estes fatores, definidos como passíveis de sofrerem impactos significativos, abrangem uma ampla gama de elementos críticos para a sustentabilidade: biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, ar, fatores climáticos, bens materiais, património cultural e paisagem. O Quadro de Referência Estratégico (QRE), delineado no processo, permitiu avaliar a forma como a revisão do PDM contribui para o cumprimento das metas estabelecidas nos diversos níveis.

Com base nesta abordagem abrangente, foram definidos os seguintes fatores críticos para a avaliação e monitorização:

- **Reabilitação Urbana e Qualidade de Vida**
- **Mobilidade e Acessibilidade**
- **Património Natural e qualidade dos parâmetros ambientais**
- **Competitividade e Desenvolvimento Económico**
- **Coesão e Inclusão social**

Os elementos centrais considerados no processo tiveram em conta não apenas os objetivos delineados no QRE, mas também as contribuições e observações provenientes dos pareceres das entidades consultadas. Desta forma, a análise ambiental foi organizada com base nos fatores críticos, aos quais foram associados critérios e indicadores específicos que permitem a medição do progresso em relação aos objetivos de sustentabilidade. Este enfoque proporcionou uma caracterização robusta do estado atual e das tendências evolutivas, avaliando tanto os cenários com a implementação do plano como aqueles sem a sua aplicação.

Na análise estratégica dos impactos das alternativas propostas na revisão do PDM, foram identificados efeitos relacionados a cada fator crítico, abrangendo aspetos positivos, como oportunidades de desenvolvimento, e negativos, como riscos e vulnerabilidades ambientais. Adicionalmente, foram apresentadas sugestões específicas, alinhadas ao disposto na alínea d) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, visando:

- 1. Evitar** a ocorrência de efeitos adversos através de medidas de planeamento preventivo.
- 2. Minimizar** os impactos negativos com soluções práticas e ajustadas ao território.
- 3. Erradicar** os efeitos significativos sempre que possível, através de estratégias eficazes de mitigação e compensação ambiental.

Este quadro reflete o compromisso do Município de Aveiro em adotar uma abordagem rigorosa e adaptativa na gestão ambiental e territorial, promovendo soluções que equilibrem os objetivos de desenvolvimento com a proteção e valorização do ambiente e da qualidade de vida dos seus cidadãos.

5. MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 11.º DO DECRETO- LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, estabelece que as entidades responsáveis pela elaboração de planos e programas devem avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente resultantes da respetiva aplicação e execução. Este controlo visa verificar a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental e identificar, de forma antecipada, possíveis efeitos negativos imprevistos.

O Relatório Ambiental da Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) identificou um conjunto de medidas e ações com o objetivo de assegurar um bom desempenho ambiental da proposta de revisão, alinhadas aos objetivos de sustentabilidade definidos.

Adicionalmente, foram estabelecidas diretrizes de monitorização, consistindo em procedimentos que deverão ser desenvolvidos no âmbito de um sistema de monitorização da implementação do PDM. Estas diretrizes estão organizadas por fator crítico, abrangendo critérios e indicadores específicos para cada um deles.

Essas diretrizes apresentam-se, seguidamente, desagregadas por Fator Crítico e respetivos critérios:

5.1 DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO

5.1.1 Fator Crítico Reabilitação Urbana e Qualidade de Vida

A reabilitação urbana e a promoção da qualidade de vida constituem um fator crítico indispensável para alcançar o desenvolvimento sustentável no concelho de Aveiro. Esta abordagem tem como objetivo revitalizar os centros urbanos, fortalecer as comunidades locais e criar condições propícias para a prosperidade coletiva e ambiental.

Para concretizar esta visão, é essencial acompanhar a implementação de programas estratégicos orientados para a reabilitação e revitalização dos centros urbanos. Este acompanhamento deve englobar tanto a cidade central como os aglomerados de menor dimensão, garantindo uma atenção equilibrada às necessidades específicas de cada comunidade. Ao revitalizar áreas degradadas e promover a modernização dos espaços urbanos, consolida-se a identidade local e fomenta-se o envolvimento da população.

Outro eixo prioritário foi a execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro (PEDUCA), que se estruturou em três componentes interligadas: a reabilitação urbana, a mobilidade sustentável e os bairros sociais. A reabilitação urbana busca recuperar edifícios e espaços públicos, promovendo maior integração e valorização dos territórios. A mobilidade sustentável introduz soluções que privilegiem modos suaves de

transporte, como redes clicáveis e percursos pedonais, ao mesmo tempo que melhora o acesso aos principais polos urbanos. Já os bairros sociais representam um foco essencial para a inclusão, com projetos que ampliam oportunidades e reforçam o tecido comunitário.

Paralelamente, foi expandido o quadro de regeneração urbana da cidade de Aveiro, estendendo as intervenções aos aglomerados de Esgueira, Cacia, Azurva, Santa Joana, São Bernardo e Aradas. Este modelo integrado de desenvolvimento urbano procura descentralizar os benefícios da reabilitação, proporcionando aos aglomerados urbanos mais periféricos, um acesso equitativo a infraestruturas renovadas e serviços públicos de qualidade.

Finalmente, a monitorização contínua dos impactos das ações implementadas é imprescindível. Indicadores como a taxa de reabilitação de edifícios, o aumento de áreas verdes e a melhoria no acesso a equipamentos públicos servem como ferramentas para avaliar o progresso e ajustar as estratégias em prol de resultados duradouros.

Portanto, ao articular reabilitação urbana e qualidade de vida como elementos centrais da respetiva política de desenvolvimento, Aveiro demonstra um compromisso sólido com a sustentabilidade, a inclusão e o fortalecimento das dinâmicas urbanas. Esta abordagem, além de transformar espaços físicos, contribui para a construção de uma sociedade mais equitativa, resiliente e preparada para os desafios do futuro.

5.1.2 Fator Crítico Mobilidade e Acessibilidade

O fator crítico Mobilidade e Acessibilidade ocupa uma posição central no planeamento urbano de Aveiro, destacando-se como uma estratégia essencial para a promoção da coesão territorial, sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Este plano contempla uma visão abrangente que integra diversos modos de transporte, infraestruturas e políticas de mobilidade, contribuindo para o fortalecimento das conexões regionais e internacionais, ao mesmo tempo que valoriza as necessidades locais.

Um dos pilares fundamentais dessa estratégia é a promoção de futuras ligações ferroviárias entre Aveiro e os principais centros urbanos, como Viseu, Guarda e Salamanca. A criação dessas ligações potencia não apenas a integração territorial, mas também a expansão económica através do aumento da conectividade e competitividade regional. Além disso, a qualificação da linha ferroviária entre Aveiro e Águeda e a construção de uma variante rodoviária não urbana entre essas localidades - Eixo Rodoviário Aveiro Águeda - visam otimizar a mobilidade, reduzindo o tráfego em vias urbanas e garantindo maior eficiência nos deslocamentos.

Paralelamente, o Município de Aveiro investiu na estruturação e modernização do Centro Coordenador de Transportes de Aveiro, um hub estratégico que articula diferentes modalidades de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e transporte automóvel particular. Com a criação de um parque de estacionamento periférico, procurou-se incentivar

o uso do transporte público, reduzindo a dependência do automóvel individual e mitigando os impactos ambientais associados ao tráfego urbano.

A otimização da Rede de Transportes Públicos é outro componente essencial. A melhoria na frequência e nos itinerários das linhas, combinada com interfaces modais eficientes, promove um acesso mais inclusivo e abrangente aos serviços de transporte. A modernização das formas de comunicação e sensibilização junto aos utilizadores reforça a adesão ao transporte público, destacando-o como uma alternativa prática e sustentável.

A reestruturação da hierarquia viária coloca o peão como prioridade, garantindo maior segurança e acessibilidade nas zonas urbanas. Ao dar preferência ao peão e incentivar deslocamentos a pé, o município promove uma mobilidade inclusiva que fomenta a interação social e reduz a poluição urbana.

Além disso, um dos grandes objetivos é melhorar a acessibilidade e mobilidade nos centros urbanos de menor dimensão, assegurando que todas as populações do município tenham acesso adequado às infraestruturas de transporte. Esse esforço visa aumentar a coesão territorial.

O Plano Municipal de Mobilidade de Aveiro surge como uma peça chave, sendo responsável por potenciar os modos suaves de mobilidade, como o uso da bicicleta, os percursos pedonais e os transportes públicos ecológicos. Estes investimentos destacam-se pela capacidade de reduzir emissões de carbono e criar uma cidade mais sustentável e saudável.

Por fim, os Canais Urbanos Navegáveis são promovidos como vias de circulação complementares, expandindo a utilidade destes recursos além do lazer e turismo. Integrados no sistema de mobilidade urbana, os canais podem oferecer uma solução inovadora para diversificar os modos de transporte e criar uma identidade única para Aveiro, reforçando o potencial enquanto modelo de cidade verde e sustentável.

A implementação dessas medidas reflete a ambição do município em transformar Aveiro num exemplo de mobilidade eficiente, inclusiva e ambientalmente responsável, fortalecendo a sua atratividade e consolidando sua posição como um polo de inovação e qualidade de vida.

5.1.3 Fator Crítico Património Natural e qualidade dos parâmetros ambientais

A implementação do projeto de Sistema Primário de Defesa do Baixo Vouga Lagunar em fase de adjudicação, configura-se como uma ação essencial para a gestão e proteção do território rural e natural de Aveiro. Este projeto almeja a defesa dos solos agrícolas contra os impactos da erosão hídrica e da intrusão salina, fatores críticos que afetam a produtividade e a sustentabilidade das áreas agrícolas. A estabilização dessas condições é vital para preservar a atividade agrícola e assegurar a segurança alimentar local.

Esta intervenção é devidamente articulada com a Ponte do Açude do Rio Novo do Príncipe, em plena obra, com mais de 50% de execução, bem como a reabilitação da sua margem esquerda, que tem por objetivo defender a os terrenos agrícolas do Baixo Vouga Lagunar da entrada da água salgada e da progressão da cunha salina, permitindo também a deslocação das espécies piscícolas a montante e o armazenamento de água nos períodos de estiagem.

O Sistema de Defesa Primário do Baixo Vouga Lagunar, com Declaração de Impacte Ambiental (DIA) emitida em 2023 e financiamento previsto PDR 2020, encontra-se em fase de adjudicação, e visa permitir o melhor aproveitamento das potencialidades agrícolas da região, salvaguardando um ecossistema único e de reconhecida biodiversidade.

A obra de Reabilitação da Margem Esquerda do Rio Novo do Príncipe tem previsão de início para março de 2025 e financiamento previsto do Programa Regional do Centro – Centro 2030, sendo que o projeto contempla o reforço e alteamento, proporcionando uma plataforma com dimensão para acesso de viaturas de serviço, com tratamento paisagístico como forma de minimização do impacte visual e valorização das áreas intervencionadas.

Paralelamente, a salvaguarda e promoção do uso sustentável do solo rústico, destacam-se como metas estratégicas, incentivando a diversificação de atividades económicas que respeitem as dinâmicas ambientais. A adoção de práticas agrícolas mais conscientes, incluindo o uso racional de fertilizantes e a proteção do mosaico do Baixo Vouga Lagunar, é fundamental para equilibrar a produtividade e a conservação ambiental. Este esforço reflete o compromisso do município com a preservação das paisagens rurais e a mitigação dos impactos das atividades humanas sobre o solo.

A valorização das áreas de Rede Natura 2000 no território de Aveiro evidencia o esforço em integrar dimensões ambientais e económicas num modelo de desenvolvimento sustentável. Estas áreas, que incluem habitats de elevada importância ecológica, são fontes de riqueza tanto pelo seu potencial turístico quanto pela biodiversidade que suportam. A implementação de modelos de desenvolvimento sustentável nessas zonas é crucial para fomentar a criação de riqueza e oportunidades para as comunidades locais, através de atividades como ecoturismo, agricultura sustentável e projetos de conservação.

Para reforçar a consciência ambiental no território, a sensibilização e educação ambiental constituem pilares estratégicos. Estas ações devem ser orientadas especialmente para a comunidade educativa, envolvendo escolas e jovens em projetos que estimulem o conhecimento e o respeito pelos valores ambientais. O Centro Municipal de Interpretação Ambiental (CMIA) desempenha um papel central nessa estratégia, funcionando como uma plataforma de descoberta e valorização da Ria de Aveiro e seus ecossistemas únicos.

O Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética de Aveiro (PASEA) também ocupa um lugar central nesta visão, com medidas claras para a redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂) e para o aumento da eficiência energética. Essas iniciativas não apenas abordam a urgência da transição energética, mas também posicionam Aveiro como um município inovador e alinhado às metas climáticas nacionais e internacionais.

Por fim, a definição e adoção de uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, integrada numa estratégia regional (NUT III e II), assegura uma resposta estruturada e coordenada aos desafios climáticos. Este plano deve incluir medidas de

mitigação dos impactos climáticos, como inundações e secas, e ações que aumentem a resiliência do território e das populações locais.

O conjunto destas medidas reflete uma abordagem integrada que considera as dimensões ambiental, social e económica. Através destas iniciativas, Aveiro protege e valoriza os seus recursos naturais, como também constrói um modelo de desenvolvimento sustentável que beneficia as gerações atuais e futuras.

5.1.4 Fator Crítico Competitividade e Desenvolvimento Económico

O fator crítico Competitividade e Desenvolvimento Económico desempenha um papel central na promoção da sustentabilidade e no reforço da atratividade do Município de Aveiro. Essa estratégia procura dinamizar o tecido económico e empresarial, estimular a inovação e contribuir para o desenvolvimento equilibrado das suas comunidades.

A implementação de uma Política Municipal de Apoio ao Empreendedorismo constitui uma peça-chave nesse contexto. A criação de um polo de incubação para startups e medidas de incentivo ao empreendedorismo fortalecem a economia local e promovem um ambiente de inovação orientado para a tecnologia e o conhecimento. Esses esforços criam condições favoráveis para a geração de emprego e fomentam a competitividade empresarial no mercado global.

Além disso, é crucial a valorização dos recursos endógenos, com uma abordagem direcionada para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Este fortalecimento abrange a oferta de serviços culturais, sociais, de lazer e saúde de qualidade, em conjunto com iniciativas de marketing urbano integradas. A colaboração entre instituições de ensino, investigação e desenvolvimento (IDI), o tecido empresarial e a administração pública, revela-se igualmente essencial para combater o desemprego, em particular o juvenil e de longa duração.

No setor industrial e empresarial, a qualificação e expansão das áreas industriais assume prioridade. A estruturação do território, a criação de zonas industriais sustentáveis e a promoção de estratégias de baixo carbono consolidam Aveiro como um polo de inovação e sustentabilidade. Em paralelo, a aposta no setor do turismo, que envolve a valorização do património cultural e natural, estimula o desenvolvimento económico e torna o concelho num destino atrativo. A consolidação de infraestruturas turísticas, como hotéis e empreendimentos de lazer, é imprescindível para ampliar essa capacidade.

A estratégia de competitividade inclui, ainda, a dinamização do comércio local e das rotas de abastecimento de produtos, incentivando o crescimento do comércio tradicional e o fortalecimento das comunidades locais. A internacionalização empresarial é facilitada pela ligação ferroviária entre Aveiro, Viseu, Guarda e Salamanca, conectando também o Porto de Aveiro, reduzindo custos logísticos e promovendo uma maior eficiência no transporte.

5.1.5 Fator Crítico Coesão e Inclusão Social

A Coesão e Inclusão Social é um dos pilares centrais para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa no concelho de Aveiro. Este fator reconhece a importância de garantir a igualdade de oportunidades e o acesso a recursos essenciais para todos os cidadãos, promovendo a inclusão e reduzindo as desigualdades.

Entre as principais iniciativas está a implementação do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), que visa promover a inclusão social e o desenvolvimento comunitário em zonas vulneráveis. Este plano está alinhado com esforços para potenciar a concertação de recursos na área da infância e juventude, garantindo que as gerações mais jovens tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento e educação de qualidade.

A promoção do mercado de arrendamento regular e a atribuição de habitação social constituem medidas fundamentais para reduzir a carência habitacional, particularmente em situações precárias. Simultaneamente, o programa de requalificação e reabilitação do parque de habitação social fortalece o compromisso do município em oferecer condições de vida dignas para as populações mais vulneráveis.

Na área da saúde, destaca-se a implementação de investimentos de qualificação e expansão de unidades de cuidados primários. Essa operação inclui o planeamento e a gestão da rede de equipamentos de saúde municipal, assegurando que os cidadãos tenham acesso a cuidados de saúde de excelência. A ampliação e qualificação do Hospital Infante D. Pedro e instalação do Centro Académico Clínico, em fase de projeto com a devida articulação com a ULS da Região de Aveiro, reforça a capacidade de resposta no campo da saúde, promovendo também a inovação e a formação médica.

O fator Coesão e Inclusão Social abrange ainda iniciativas que requalificam e ampliam os espaços verdes de proximidade, promovendo ambientes mais saudáveis e sustentáveis. Estes esforços contribuem para a qualidade de vida da população e, também, para a integração das comunidades, tornando os espaços urbanos mais inclusivos e acolhedores.

O Plano de Desenvolvimento Social e a Carta Social Municipal são instrumentos que se desenvolvem a utilizar dando resposta a múltiplos objetivos que autarquias o nível de coesão social.

Com estas medidas, o Município de Aveiro reforça o seu compromisso em construir um futuro mais justo e equitativo, no qual cada cidadão tenha acesso às condições necessárias para viver e prosperar. Este esforço reflete a importância de políticas inclusivas e integradas, que reconheçam e respondam às necessidades diversas do concelho.

6. DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO

Para garantir a implementação eficaz do Plano Diretor Municipal (PDM) de Aveiro, 1ª revisão, foi definida uma estrutura de diretrizes de monitorização que permite avaliar e monitorizar a sustentabilidade da estratégia definida, os impactes da execução do plano e identificar oportunidades de melhoria. Abaixo, apresentam-se os principais indicadores para os fatores críticos, organizados por objetivos e metas de referência, unidades de medida, periodicidade e fontes de informação:

Indicadores de Monitorização para o Fator Crítico: REABILITAÇÃO URBANA E QUALIDADE DE VIDA

Indicadores de monitorização	Objetivos e metas de referência	Unidade de medida	Periodicidade	Fontes de informação
Grau de concretização do solo urbano (Solo urbano face ao total do plano)	Promover a coesão dos territórios com a contenção de perímetros urbanos, revitalização dos Vazios e espaços degradados	(%)	Anual	Autarquia; INE; DGT
Concretização urbana por ano (Contabilização da área dos polígonos de construção por ano)		m2	Anual	Autarquia; INE; DGT
Processos de reabilitação/reconstrução (n.º Edifícios reabilitados)		N.º	Anual	Autarquia; INE; DRC-C
Área Total de espaços verdes urbanos totais	Promover a qualificação, integração e legibilidade dos espaços urbanos, aumentando os rácios de espaços verdes (10 m2/hab) e equipamentos de utilização coletiva	m2	Anual	Autarquia; DGT; CCDR-C
População servida por espaços verdes urbanos		m2/hab	Anual	Autarquia; DGT; CCDR-C
Número de equipamentos de utilização coletiva		n.º	Anual	Autarquia; CCDR-C; DRC-C; IDPJ

Indicadores de Monitorização para o Fator Crítico: MOBILIDADE e ACESSIBILIDADE

Indicadores de monitorização	Objetivos e metas de referência	Unidade de medida	Periodicidade	Fontes de informação
Rede pedonal - Km de passeios novos e reabilitados	Incremento, promoção e potenciação dos modos suaves - uso da bicicleta e deslocações pedonais com mais 20 e 40 km de redes respetivamente - em detrimento do tráfego automóvel.	Km	Anual	Autarquia; CCDR-C; IMT ;
Rede clicável - Km de pistas clicáveis		Km	Anual	
Medidas de acalmia de tráfego (Nº de medidas implementadas)		N.º	Anual	
Cobertura dos transportes coletivos e frequência viária (Nº de carreiras/frequências em dia útil por dia)	Aumento de utilizadores de transportes públicos (em 10%), com proporcional redução da utilização do automóvel particular.	N.º	Anual	Autarquia; CCDR-C; IMT ; Transdev e outros

Repartição modal dos movimentos pendulares dos residentes no Concelho.	Aumento do número de deslocações casa-trabalho-escola em modos suaves (em 15%) a partir da melhoria da rede de interfaces com transportes públicos e modos suaves.	%	Anual	operadores;
Pontos de interface automóvel - rede pedonal e ciclável (N.º de bolsas de estacionamento)		N.º	Anual	

Indicadores de Monitorização para o Fator Crítico: PATRIMÓNIO NATURAL E QUALIDADE DOS PARÂMETROS AMBIENTAIS

Indicadores de monitorização	Objetivos e metas de referência	Unidade de medida	Periodicidade	Fontes de informação
Ações de valorização do espaço natural: Percursos, trilhos interpretativos	Aumentar as ações de promoção e valorização e preservação do património natural, como o Baixo Vouga Lagunar, Pateira de Requeixo e outras áreas classificadas. (Sítio Ria de Aveiro)	N.º	Anual	Autarquia; APA
Avaliação da qualidade das principais Massas de Água.	Promoção, controle e monitorização da qualidade dos recursos hídricos (Principais massas de água com qualidade 77% Bom e superior)	%	Anual	Autarquia; APA; CCDR-C; ICNF; UA; AdRA; AdCL; ARS-C; APA – Porto de Aveiro;
Uso eficiente da água - Consumo doméstico	Promoção do uso eficiente da água (redução de consumos em 10%), controle e monitorização	l/hab/dia	Mensal	Autarquia; APA; CCDR-C; AdRA; AdCL;
Uso eficiente da água - rega de espaços verdes públicos		m3/dia	Mensal	
Quantificação da população exposta a ruído (em zonas mistas e sensíveis)	Dar cumprimento às disposições legais no controle e monitorização da exposição ao ruído	%	Anual	Autarquia; APA; CCDR-C;
Variação do índice de qualidade do ar (n.º ocorrências de ultrapassagem dos limiares de concentração por poluente)	Controle e monitorização dos níveis de qualidade do ar, procurando assegurar quadro preventivo de redução na fonte, procurando diminuir ou anular as ocorrências de concentrações acima dos limiares legais	N.º ocorrências	Anual	Autarquia; APA; CCDR-C; UA;
Produção de resíduos urbanos – recolha seletiva	Promover a redução de resíduos urbanos indiferenciados, e aumento da recolha seletiva por forma a dar cumprimento às metas do PERSU 2020+	Kg/hab/ano	Anual	Autarquia; APA; CCDR-C;; ERSUC;
Produção de resíduos urbanos – resíduos urbanos		ton	Anual	
Áreas vulneráveis ao risco de cheia	Controle e monitorização dos riscos naturais procurando assegurar quadro de adaptação e mitigação das situações de risco	m2	Anual	Autarquia; APA; CCDR-C; UA; ANPC; APA – Porto de
Habitantes em áreas vulneráveis a inundação		N.º	Anual	

Edificações inseridas em locais com risco de cheia		N.º	Anual	Aveiro;
Acidentes industriais e de acidentes no transporte de matérias perigosas	Controle e monitorização dos riscos de incêndio florestal e tecnológicos procurando assegurar um quadro de atuação preventivo e de mitigação, em cumprimento com o PMDFCI e demais disposições legais	N.º	Anual	Autarquia; APA; CCDR-C; ANPC; DGEG;; ARS-C; ACT; APA – Porto de Aveiro;
Evolução da Área ardida		ha	Anual	Autarquia; APA; CCDR-C; ICNF; ANPC;
Evolução do número de ocorrências de incêndio florestal		N.º	Anual	
Número de ações do PMDFCI		N.º	Anual	
Variação do consumo de energia em edifícios públicos	Estratégia de adaptação às alterações climáticas, promoção do aumento da eficiência energética, e redução de emissões de CO2 em sectores como transportes, doméstico e indústria	Kwh	Anual	Autarquia; APA; CCDR-C; DGEG; AdRA;
Variação do consumo de energia da iluminação pública		Kwh	Anual	
Iniciativas municipais para a eficiência energética e promoção de energias renováveis		N.º	Anual	
Adaptação as alterações climáticas (emissões de CO2)	Definir e implementar plano de ação de adaptação às alterações climáticas, com medidas de adaptação face aos riscos, e redução de emissões de CO2 (20%) em sectores como transportes, doméstico e indústria	%	Anual	Autarquia; APA; CCDR-C; DGEG; ICNF; UA; ANPC; APA – Porto de Aveiro;

Indicadores de Monitorização para o Fator Crítico: COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Indicadores de monitorização	Objetivos e metas de referência	Unidade de medida	Periodicidade	Fontes de informação
Taxa de sobrevivência de empresas nascidas 2 anos antes	Aumento do desenvolvimento económico a partir das componentes inovação e empreendedorismo	%	Anual	Autarquia; CCDR-C; ME-DRE-C; IAPMEI; APA; AIDA; UA; Turismo-Centro
N.º de empresas por atividades de informação e Comunicação		N.º	Anual	
N.º de pessoas coletivas		N.º	Anual	
Empreendimentos turísticos por tipologia	Aposta no setor turismo com valorização e promoção das características diferenciadoras de Aveiro, com especial	N.º	Anual	Autarquia; CCDR-C; UA; Turismo-Centro
Oferta de alojamento turístico		N.º	Anual	

Nº visitantes postos de informação turística	destaque para o património edificado, vasto património natural	N.º	Anual	
Nº visitantes espaços culturais e naturais		N.º	Anual	

Indicadores de Monitorização para o Fator Crítico: COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL

Indicadores de monitorização	Objetivos e metas de referência	Unidade de medida	Periodicidade	Fontes de informação
Inserção profissional da população	Redução dos fenómenos de pobreza exclusão social	N.º	Anual	Autarquia; IPSS's; ARS-C; UA; Escolas; IEFP
Iniciativas municipais de apoio à inclusão		N.º	Anual	
Eliminação de assimetrias sociais e redução de pobreza – situações de carência habitacional		N.º	Anual	
Reabilitação de Habitações sociais	Melhoria das condições de habitabilidade, níveis de conforto e desempenho energético dos edifícios.	N.º	Anual	Autarquia; DGEG; ARS-C; IDPJ
Certificação energética das habitações		Nº edifícios por classe energética	Anual	
Acesso e cobertura da população a diversos tipos de equipamentos	Requalificação do espaço público com aumento em número e qualidade dos equipamentos de utilização coletiva e promoção dos hábitos saudáveis de atividade desportiva e vida ativa	N.º	Anual	
Promoção de hábitos de vida saudáveis – ações desportivas e instalações ativas		N.º	Anual	

Estas diretrizes proporcionam um sistema robusto para acompanhar a sustentabilidade e qualidade do desenvolvimento territorial de Aveiro.

7. ANÁLISE E VERIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE SEGUIMENTO

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, estabelece a obrigatoriedade de uma avaliação e monitorização anual dos indicadores ambientais resultantes do processo de Avaliação Ambiental a que foi sujeita a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Aveiro. Este processo resultou na definição de um conjunto de indicadores ambientais que, por força do Decreto supracitado, devem ser avaliados e monitorizados periodicamente.

Os resultados da monitorização dos indicadores ambientais desempenham um papel essencial na avaliação dos impactes das atividades humanas no ambiente e na orientação para a sustentabilidade. A análise detalhada destes indicadores encontra-se apresentada nos quadros específicos, possibilitando a compreensão do desempenho ambiental e a identificação de áreas críticas que requerem maior atenção.

7.1 FATOR CRÍTICO - REABILITAÇÃO URBANA E QUALIDADE DE VIDA

FCD1	Critérios de avaliação	Objetivos e Metas de referência	Indicadores de seguimento	Fonte	Unidade de medida	Ano base	Valor ano base	2020	2021	2022	2023	2024	Metas		
													5 anos	Avaliação 5 anos	10 anos
Reabilitação Urbana e Qualidade de Vida	Coesão e regeneração dos territórios.	Promover a coesão dos territórios com a contenção de perímetros urbanos, revitalização dos Vazios e espaços degradados	Grau de concretização do solo urbano (Solo urbano face ao total do plano)	Autarquia; INE; DGT	(%)	2015	17,32	-	-	-	-	17,84	nd	Apesar de não existirem valores para metas a 5 anos, houve um acréscimo em mais de +3%	nd
			Concretização urbana por ano (área de implantação/por ano)					40076	30401	53921	34913	37875	nd	Apesar de não existirem valores para metas a 5 anos, houve um acréscimo em mais de +107,42%, face ao ano base.	+15%
			Pedidos de reabilitação/reconstrução (n.º)	Autarquia; INE; DGT	N.º	2016	7						nd	Eliminar este indicador de seguimento, dado que os relatórios disponíveis no Sistema de Processos de Obras (SPO) não permitem filtrar a informação por tipo de construção.	+20%
			Licenças de utilização (até 2024) /Comunicação Prévia (a partir de 2024) / por ano					274	249	200	254	251	nd	Propor Indicador de seguimento com o propósito de monitorizar a dinâmica e vitalidade do setor imobiliário e da construção, englobando igualmente as componentes de reabilitação e reconstrução urbana, em virtude da eliminação do indicador anteriormente utilizado. Verifica-se face ao ano base um crescimento de + 50,30%.	nd

Critérios de avaliação	Objetivos e Metas de referência	Indicadores de seguimento		Fonte	Unidade de medida	Ano base	Valor ano base	2020	2021	2022	2023	2024	Metas		
													5 anos	Avaliação 5 anos	10 anos
		Cobertura de espaços verdes de utilização pública	Área total de espaços verdes urbanos total População servida por espaços urbanos N.º de equipamentos de utilização pública										nd	Apesar de não existirem valores para metas a 5 anos, houve um acréscimo em mais de +3,40%, face ao ano base.	+20%
Qualificação do espaço urbano.	Promover a qualificação, integração e legibilidade dos espaços urbanos, aumentando os rácios de espaços verdes (10 m2/hab) e equipamentos de utilização coletiva	Áreas ocupadas por equipamentos de utilização pública.	N.º de equipamentos de utilização pública	Autarquia; INE; DGT	m²/hab	2018	6,83	-	15,70	-	-	-	8%	Meta superada, houve uma superação na meta em +129,87%, face ao ano base.	10
					N.º	2018	397	-	-	-	-	423	↑	Meta superada, houve um acréscimo em +6,55%, face ao ano base.	↑

Legenda:

↑ Crescente

↔ Manutenção

↓ Decrescente

++ Indicador novo

nd- não discriminado

* - não há seguimento no indicador – retirar

7.1.1 Análise Fator Crítico - Reabilitação Urbana e Qualidade de Vida

O fator crítico **Reabilitação Urbana e Qualidade de Vida** desempenha um papel essencial na monitorização da coesão e revitalização de um território. A análise e avaliação dos diversos indicadores de seguimento permitem identificar oportunidades para promover o desenvolvimento urbano sustentável e melhorar a qualidade de vida da população.

A análise do grau de concretização do solo urbano é determinada pela percentagem entre o coeficiente de ocupação do solo atual (COS 2018) e a área total do Plano Diretor Municipal (PDM). Esta análise revela um aumento de cerca de 0,5% ao longo dos primeiros cinco anos de implementação da 1ª revisão do PDM. Embora este crescimento possa parecer reduzido, ele reflete um processo contínuo de ocupação do solo urbano.

Relativamente à concretização urbana, representada pelo indicador área de implantação, e com base nos dados do INE e do Q4 do SIU (Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas), verifica-se um aumento exponencial em 2020 da área de implantação, quando foram contabilizados 21.063 m², mais do dobro do valor de referência. Em 2022, registou-se o maior aumento deste indicador ao longo do período analisado, atingindo um valor máximo de 53.921 m². A média anual dos cinco anos indica um aumento de 39.437 m² em relação ao ano base, confirmando um processo crescente de ocupação do solo urbano.

A decisão de eliminar o indicador de seguimento relativo ao número de pedidos de reabilitação/reconstrução fundamenta-se na limitação técnica dos relatórios atualmente disponíveis no Sistema de Processos de Obras (SPO), os quais não permitem a distinção dos pedidos por tipo de construção. Esta restrição compromete a possibilidade de recolher dados fiáveis, detalhados e desagregados que possibilitem uma monitorização rigorosa e específica das intervenções de reabilitação ou reconstrução urbana. Deste modo, a manutenção deste indicador deixaria de cumprir a sua função informativa e analítica, prejudicando a qualidade da avaliação territorial no âmbito do setor da construção e reabilitação.

Pelo que se propõe a criação de um novo indicador de seguimento com o objetivo de monitorizar, de forma abrangente, a dinâmica e a vitalidade do setor imobiliário, da construção e da reabilitação. Este novo indicador deverá integrar, para além das construções novas, construções afetas a reabilitação e reconstrução urbana, colmatando assim a lacuna deixada pela eliminação do indicador acima referido, cuja eficácia se encontrava comprometida por limitações técnicas no sistema de informação.

Com a implementação deste novo instrumento de monitorização, foi possível observar, em relação ao ano base considerado, um expressivo crescimento de 50,30%. Esse aumento substancial evidencia, de forma clara, a relevância de se utilizar métricas atualizadas, consistentes e alinhadas com a realidade atual do setor. A adoção de ferramentas modernas e adequadas de análise não apenas permite um acompanhamento mais preciso da evolução do desempenho ao longo do tempo, como também contribui para a formulação de estratégias

mais eficazes e sustentáveis, fundamentadas em dados confiáveis e representativos do contexto em constante transformação.

Com base na cartografia à escala 1/10 000 homologada de 2015, levantamentos atualizados em SIG e conhecimento territorial, verificou-se um aumento de 18.190,00 m² em áreas de espaços verdes. Ao nível da população servida por espaços verdes, houve um acréscimo significativo de 8,87 m² por habitante, alcançando um total de 15,70 m² por habitante em 2024. Este crescimento expressivo face ao ano base deve-se, em parte, à obtenção de dados mais detalhados provenientes das fontes mencionadas anteriormente.

Além disso, registou-se um aumento de equipamentos de utilização pública, contabilizando mais 26 unidades ao longo do período, totalizando 423 equipamentos. Estes indicadores de qualificação do espaço urbano — áreas de espaços verdes, população servida por espaços verdes e equipamentos de utilização pública — evidenciam um compromisso positivo com a melhoria da qualidade de vida e com a promoção de um ambiente urbano sustentável.

7.2 FATOR CRÍTICO MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

FCD2	Critérios de avaliação	Objetivos e Metas de referência	Indicadores de seguimento	Fonte	Unidade	Ano base	Valor Ano base	2020	2021	2022	2023	2024	Metas		
													5 anos	Avaliação 5 anos	10 anos
Mobilidade e Acessibilidade	Incremento dos modos suaves.	Incremento, promoção e potenciação dos modos suaves - uso da bicicleta e deslocações pedonais com mais 20 e 40 km de redes respetivamente - em detrimento do tráfego automóvel	Rede pedonal - Km de passeios novos e reabilitados.	Autarquia	Km	2018	223,626	15,854	10,203	40,55	52,51	20,61	+40Km	Os dados obtidos no ano base, foram recolhidos de forma diferente, pelo que a avaliação não é linear. Contudo verifica-se uma média de 28km por ano de passeios novos e renovados criados/renovados.	+100Km
			Rede ciclável - Km de pistas cicláveis			2018	43,95	-	-	-	-	43,83	nd	Apesar de não existirem valores para metas a 5 anos, houve um crescimento de + 4,88 km face ao ano base.	+50Km
	Reforço da integração multimodal para os transportes urbanos públicos de passageiros.	Aumento de utilizadores de transportes públicos (em 10%), com proporcional redução da utilização do automóvel particular.	Cobertura dos transportes coletivos e frequência viária (Nº de carreiras/frequências em dia útil por dia).	Autarquia	N.º	2018	240	244	246	246	246	329	+5% (+10 carreiras)	Meta superada, houve um acréscimo em +37,08% entre o ano base e o último ano em análise, + 85 carreiras.	+5% (+10 carreiras)
			N.º de utilizadores de transportes coletivos- rodoviários**			2019	1040911	623379	720410	989329	1272346	1393115	nd	Indicador de seguimento proposto, verifica-se que o crescimento de +33,84% entre o ano base e o último ano em análise	↑
			N.º de utilizadores de transportes coletivos fluviais**			2019	155524	122783	147312	167619	164875	202869	nd	Indicador de seguimento proposto, verifica-se que o crescimento de +30,44% entre o ano base e o último ano em análise	↑
			N.º de utilizadores do sistema de bicicletas partilhadas. **			-	-	-	-	-	7928	14129	nd	Indicador de seguimento proposto, verifica-se que o crescimento de +78,22% entre o ano base e o último ano em análise	↑

Critérios de avaliação	Objetivos e Metas de referência	Indicadores de seguimento	Fonte	Unidade	Ano base	Valor Ano base	2020	2021	2022	2023	2024	Metas		
												5 anos	Avaliação 5 anos	10 anos
Reforço da integração multimodal para os transportes urbanos públicos de passageiros.	Aumento do número de deslocações casa-trabalho-escola em modos suaves (em 15%) a partir da melhoria da rede de interfaces com transportes públicos e modos suaves.	Movimentos a pé	INE/ CENSOS	%	2011	23	-	14,9	-	-	-	25	Decrescimento de -8,1% entre o ano base e o último ano em análise (censos 2021), devido a pandemia, estes valores encontram-se atualmente em valores ao do tempo, antes da pandemia.	28
		Bicicleta		%		2	-	0,4	-	-	-	7	Decrescimento de -1,6 % entre o ano base e o último ano em análise (censos 2021), devido a pandemia, estes valores encontram-se atualmente em valores ao do tempo, antes da pandemia.	12
		Transporte automóvel (privado)		%		64	-	76,9	-	-	-	47	Crescimento de +12,9% entre o ano base e o último ano em análise (censos 2021), devido a pandemia, estes valores encontram-se atualmente em valores ao do tempo, antes da pandemia.	38
Melhoria das redes de interface.	Pontos de interface automóvel - rede pedonal e ciclável (Nº de bolsas de estacionamento)	Transporte público	Autarquia	%	2017	11	-	7,8	-	-	-	18	Decrescimento de -3,2 % entre o ano base e o último ano em análise (censos 2021), devido a pandemia, estes valores encontram-se atualmente em valores ao do tempo, antes da pandemia.	22
		N.º de bolsas de estacionamento		N.º		8	-	-	-	-	12	20	Crescimento de +50% entre o ano base e o último ano em análise (censos 2021), contudo não superou a meta estabelecida.	50

Legenda:

↑ Crescente

↔ Manutenção

↓ Decrescente

↗ Indicador novo

nd- não discriminado

✖ - não há seguimento no indicador – retirar

7.2.1 Análise Fator Crítico - Mobilidade e Acessibilidade

A monitorização do fator crítico **Mobilidade e Acessibilidade**, através dos seus indicadores, permite avaliar o impacto do planeamento das políticas públicas, representando um pilar fundamental para a promoção da coesão territorial.

Nos últimos cinco anos, verificou-se um aumento de 5 quilómetros na rede ciclável. A implementação de medidas que favorecem os modos de transporte suaves em detrimento do automóvel tem a capacidade de gerar benefícios significativos para a população e para o meio ambiente.

A avaliação da evolução da rede pedonal, medida em quilómetros de passeios novos e reabilitados, apresenta uma particularidade, os dados de referência iniciais foram recolhidos através de uma metodologia distinta, o que impede uma análise comparativa direta e linear com os dados atuais.

Apesar desta nuance metodológica, a análise dos dados recentes revela uma dinâmica consistente na expansão e melhoria da infraestrutura pedonal. Em média, o município tem vindo a criar ou renovar cerca de 28 quilómetros de passeios anualmente. Este valor demonstra um compromisso contínuo em qualificar o espaço público para os peões, proporcionando condições mais seguras, confortáveis e acessíveis para as suas deslocações.

Os Censos de 2021 revelaram uma mudança importante nos padrões de deslocação dos residentes de Aveiro para trabalho e instituições escolares, com um decréscimo nos modos suaves e transporte público, acompanhado por um aumento de 12,9% no uso do automóvel privado. Verifica-se, pois, um decréscimo nas deslocações a pé em cerca de 8%, menos 1,6% em bicicleta, e cerca de menos 3% em transporte público. Esta mudança pode ter sido influenciada pela pandemia de COVID-19, que levou muitas pessoas a optar por transporte privado devido a questões de segurança e distanciamento social, bem como pelo aumento do teletrabalho, que alterou a procura por transporte público e modos suaves.

Desde 2017, a gestão da rede de transportes municipais de Aveiro está sob concessão da AveiroBus, que opera 12 linhas rodoviárias e uma linha fluvial entre o Forte da Barra e a freguesia de São Jacinto. Inicialmente composta por veículos e embarcações a diesel, a frota foi gradualmente modernizada: em 2018, foram introduzidos 3 autocarros elétricos, seguidos de mais 1 em 2022 e 10 em 2023. Em fevereiro de 2024, o antigo ferryboat a diesel foi substituído pelo Salicórnia, o primeiro ferryboat elétrico em Portugal. Este novo ferryboat, transporta mais viaturas, oferece uma capacidade de passageiros duas vezes superior à do anterior e elimina emissões poluentes, destacando-se como um avanço na mobilidade sustentável.

Em abril de 2024, a rede de transportes públicos de Aveiro foi reforçada com a criação das linhas verde e azul, que atendem às áreas mais centrais da cidade e incluem horários noturnos e fins de semana. Estas medidas visam facilitar o acesso para trabalhadores e estudantes em horários alternativos, bem como promover o lazer noturno.

Reconhecendo a importância de melhorar a integração multimodal nos transportes públicos, o município recolheu dados relativos ao número de utilizadores de transportes coletivos, bicicletas partilhadas (introduzidas em 2023) e outros serviços. Estes dados destacam os

esforços em ampliar a oferta de transporte público. Entre 2022 e 2023, verificou-se um aumento de 30% no número de passageiros transportados, passando de 989.326 para 1.272.346. Em 2024, houve um crescimento adicional de 25%, atingindo quase 1,6 milhões de passageiros, superando os números pré-pandemia de 2019.

A implementação de passes gratuitos foi responsável por cerca de 15% desse aumento, enquanto o crescimento global na oferta de transportes contribuiu com 10,5%. Em termos de produção quilométrica, a rede de transportes rodoviários expandiu quase 50%, totalizando 1.259.501 km em 2024.

Ao nível da infraestrutura, verificou-se um aumento de quatro novas bolsas de estacionamento nos últimos cinco anos, das quais três estão localizadas próximas à estação de comboios e ao terminal rodoviário. Estas bolsas facilitam o uso de transportes públicos por quem chega à cidade de carro, reforçando a eficiência e a acessibilidade do sistema de mobilidade urbana.

Compreendendo a importância desta componente, decidiu-se acrescentar, o critério de avaliação, reforço de a integração multimodal para os transportes públicos, dados recolhidos pelo Município tais como número de utilizadores de transportes coletivos, rodoviários, fluviais, bicicletas partilhadas (início em 2023), que evidenciam esta aposta do Município em aumentar a oferta na utilização do transporte público.

7.3 FATOR CRÍTICO PATRIMÓNIO NATURAL E QUALIDADE DOS PARÂMETROS AMBIENTAIS.

FCD3	Critérios de avaliação	Objetivos e Metas de referência	Indicadores de seguimento	Fonte	Unidade	Valor Ano Base	Ano base	2020	2021	2022	2023	2024	Metas		
													5 anos	Avaliação a 5 anos	10 anos
Património Natural e qualidade dos parâmetros ambientais	Promoção e preservação do Património Natural e Áreas Classificadas.	Aumentar as ações de promoção e valorização e preservação do património natural, como o Baixo Vouga Lagunar, Pateira de Requeixo e outras áreas classificadas. (Sítio Ria de Aveiro)	Ações de valorização do espaço natural: Percursos, trilhos interpretativos	Autarquia; APA	N.º mL	4 32.350	2018	5 40.350	7 45.750	7 45.750	7 45.750	7 45.750	42.850	+41,42% Criação de mais 3 percursos interpretativos entre o ano base e o último ano em análise.	50.000
	Qualidade dos parâmetros ambientais	Promoção, controle e monitorização da qualidade dos recursos hídricos (Principais massas de água com qualidade 77% Bom e superior)	Avaliação da qualidade das principais Massas de Água.	Autarquia; APA; CCDR-C; ICNF; UA; AdRA; AdCL; ARS-C; APA – Porto de Aveiro;	%	67% Bom e Superior	2016	-	-	-	48% Bom e Superior	-	77% Bom e Superior (2021 e 2017)	77% Bom e Superior (2021 e 2017)	
		Promoção do uso eficiente da água (redução de consumos em 10%), controle e monitorização	Uso eficiente da água - Consumo doméstico	Autarquia; APA; CCDR-C; AdRA; AdCL;	Litros/ha b-dia	98.7 184.8	2017	-	-	-	97,7 166,59	-	-10%	O consumo tem mantido alguma consistência chegando em 2023 a um valor de -1,01%, entre o ano base e o último ano com valores associados	-10%
			Uso eficiente da água - rega de espaços verdes públicos		m³/ ano	39.394	2016	-	-	-	77.683	83.679	-10%	Desvio significativo em relação às metas definidas. Embora a expansão urbanística e situações de ruturas na rede possam contribuir para o aumento do consumo em +112,42%, entre o ano base e o último ano em análise	-5%
		Dar cumprimento às disposições legais no controle e monitorização da exposição ao ruído	Quantificação da população exposta a ruído (em zonas mistas e sensíveis)	Autarquia; APA; CCDR-C;	%	2,2 (Lden) 3,2 (Ln)	2019	-	-	-	2,2 (Lden) 3,2 (Ln)	-	↓	Manutenção dos valores, só serão revistos na próxima revisão do PDM	↓

FCD3	Critérios de avaliação	Objetivos e Metas de referência	Indicadores de seguimento	Fonte	Unidade	Valor Ano Base	Ano base	2020	2021	2022	2023	2024	Metas		
													5 anos	Avaliação a 5 anos	10 anos
Património Natural e qualidade dos parâmetros ambientais	Qualidade dos parâmetros ambientais	Controle e monitorização dos níveis de qualidade do ar, procurando assegurar quadro preventivo de redução na fonte, procurando diminuir ou anular as ocorrências de concentrações acima dos limiares legais	Variação do índice de qualidade do ar (n.º ocorrências de ultrapassagem dos limiares de concentração por poluente)	Autarquia; APA; CCDR-C; UA;	N.º ocorrências e médias de (mg/m³)	Ozono (O3) 4 excedências e média de 144 mg/m³ - Partículas (PM10) 19 excedências e média de 144 mg/m³	2017	Ozono (O3) 5 excedências e máx a 8h de 142 µg/m³ PM(10) 21 excedências média anual 23 µg/m³	-	Partículas (PM10) 10 excedências	-	-	↓	Meta não superada, verifica-se um aumento das excedências de ozono (O3) e PM10 no próximo relatório, derivado de episódios ainda mais pronunciados de partículas e do deserto do Saara e resultado dos fortes incêndios florestais.	↓
		Promover a redução de resíduos urbanos indiferenciados, e aumento da recolha seletiva por forma a dar cumprimento às metas do PERSU 2020+	Produção de resíduos urbanos - Recolha seletiva.	Autarquia; APA; CCDR-C; ERSUC;	Kg/hab/ano	38	2016	54,32	54,07	56,38	69,56	92,17	50	A expansão da recolha seletiva de resíduos de origem alimentar, iniciada no canal HORECA em 2023, bem como do sistema de recolha seletiva multimaterial (porta-a-porta, Ecopontos e Ecocentro), em grande parte do território municipal, espera-se em 2025 um forte incremento das frações de recicláveis, com consequente diminuição da fração indiferenciada em aterro.	60
			Produção de resíduos urbanos - Resíduos urbanos.										-10%	Meta ainda não atingida, -1,72%	-20%

FCD3	Critérios de avaliação	Objetivos e Metas de referência	Indicadores de seguimento	Fonte	Unidade	Valor Ano Base	Ano base	2020	2021	2022	2023	2024	Metas		
													5 anos	Avaliação a 5 anos	10 anos
													5 anos	Avaliação a 5 anos	10 anos
Património Natural e qualidade dos parâmetros ambientais	Qualidade dos parâmetros ambientais	Controle e monitorização dos riscos naturais procurando assegurar quadro de adaptação e mitigação das situações de risco.	Área total da zona inundável	INE-Censos 2021- Cartografia 10K-CIRA	ha	nd	-	8089	8089	8089	8089	8089	*	Eliminar este indicador de seguimento, devido a dificuldade em correlacionar os dados dos censos (desenho das secções) e localização territorial das edificações e população, impedindo uma avaliação precisa	*
			Habitantes em zonas inundáveis		n.º	nd	-	-	568	-	-	-	*	Eliminar este indicador de seguimento, devido a dificuldade em correlacionar os dados dos censos (desenho das secções) e localização territorial das edificações e população, impedindo uma avaliação precisa.	*
		Controle e monitorização dos níveis de qualidade do ar, procurando assegurar quadro preventivo de redução na fonte, procurando diminuir ou anular as ocorrências acima dos limiares legais.	Edificações inseridas em zona inundável.		n.º	nd	-	-	329	-	-	-	*	Eliminar este indicador de seguimento, devido a dificuldade em correlacionar os dados dos censos (desenho das secções) e localização territorial das edificações e população, impedindo uma avaliação precisa	*
			Acidentes industriais e de acidentes no transporte de matérias perigosas	ANEPC - Comando Sub-Regional Aveiro	n.º	7	2012	7	9	14	11	16	↓	Meta não atingida. Verificou-se um aumento no número de acidentes industriais, média de 11 acidentes por ano.	↓
			Evolução da área ardida.	Autarquia; APA; CCDR-C; ICNF; ANPC;	ha	42,19	2016	3,21	4,47	14,02	115,64	143,97	↓	Os grandes incêndios de 2023 2024, levaram a um acréscimo da evolução da área ardida de 241,24%. Meta não atingida	↓

FCD3	Critérios de avaliação	Objetivos e Metas de referência	Indicadores de seguimento	Fonte	Unidade	Valor Ano Base	Ano base	2020	2021	2022	2023	2024	Metas		
													5 anos	Avaliação a 5 anos	10 anos
Património Natural e qualidade dos parâmetros ambientais	Qualidade dos parâmetros ambientais	Controle e monitorização dos níveis de qualidade do ar, procurando assegurar quadro preventivo de redução na fonte, procurando diminuir ou anular as ocorrências acima dos limiares legais	Evolução do número de ocorrências de incêndio florestal.	Autarquia; APA; CCDR-C; ICNF; ANPC;	n.º	140	2016	50	50	51	44	35	↓	Meta atingida, diminuição do número de ocorrências de incêndio florestal, em - 75%, entre o ano base e o último ano em análise.	↓
			Número de ações do PMDFCI												
	Eficiência energética e adaptação às alterações climáticas	Estratégia de adaptação às alterações climáticas, promoção do aumento da eficiência energética, e redução de emissões de CO2 em sectores como transportes, doméstico e indústria.	Variação do consumo de energia em edifícios públicos	Autarquia; APA; CCDR-C; DGEG; AdRA;	(kWh)	4229252	2016	-	2773244	3092719	4496756	5689160	↓	Aumento de 34,52% entre o ano base e o último ano em análise. face a transferência de competências na área da educação e saúde para o Município. Base de apreciação alterada.	↓
			Variação do consumo de energia da iluminação pública												
			Iniciativas municipais para a eficiência energética e promoção de energias renováveis												
			Adaptação às alterações climáticas -Emissões CO2												
		Definir e implementar plano de ação de adaptação às alterações climáticas, com medidas de adaptação face aos riscos, e redução de emissões de CO2 (20%) em sectores como transportes, doméstico e indústria.	Adaptação às alterações climáticas -Emissões CO2	Autarquia; APA; CCDR-C; DGEG; ICNF; UA; ANPC; APA – Porto de Aveiro;	%	352.399 41%(indústria) 24%(transportes) 19%(serviços)	2010	-	332.605	-	-	-	-20%	Diminuição em -5,62%, entre o ano base e o último ano com dados, contudo a meta ainda não foi atingida.	-30%

Legenda:			
↑ Crescente	↔ Manutenção	↗ Indicador novo	nd- não descrito
↓ Decrescente	— não existem dados	✖ - não há seguimento no indicador – retirar	

7.3.1 Análise Fator Crítico Património Natural e Qualidade dos Parâmetros Ambientais

O fator crítico **Património Natural e Qualidade dos Parâmetros Ambientais** inclui uma série de indicadores relacionados com o património natural do município de Aveiro, que abrange a Ria de Aveiro, integrada na Rede Natura 2000 e as Zonas Especiais de Conservação. Este ecossistema lagunar, de grande importância, destaca-se pelo reconhecimento da Pateira de Fermentelos como Sítio Ramsar, características que conferem à região uma relevância ambiental única. A qualidade dos parâmetros ambientais, como a água, o ar e o solo, é essencial para a preservação deste património e para a saúde e bem-estar da população.

No âmbito das iniciativas de valorização do espaço natural, a contabilização de percursos e trilhos interpretativos, tanto na frente da Ria de São Jacinto como nas áreas do Baixo Vouga Lagunar, abrangendo as freguesias de Cacia e União de Freguesias de Eixo e Eirol, limita-se a percursos homologados oficialmente ou que demonstrem uma função e utilização consistentes. Em 2021, registou-se um aumento de 13 mil metros lineares em trilhos interpretativos e mais três ações face ao ano base, mantendo-se este avanço durante o restante período de análise.

Em abril de 2023, o Município ratificou o Protocolo de Gestão da Grande Rota da Ria de Aveiro, que foi concebido e desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA). Este protocolo visa assegurar a boa gestão e conservação dos percursos da rota, com a colaboração das 11 Câmaras Municipais envolvidas. A iniciativa tem como objetivo garantir a manutenção e a sustentabilidade da Grande Rota, promovendo a preservação do ambiente e o desenvolvimento do turismo na região.

A Grande Rota da Ria de Aveiro é um percurso de longa distância, com quase 600 km de extensão, dividido em três trilhos independentes. Cada percurso apresenta características e particularidades próprias, refletindo a diversidade de ambientes ao longo de toda a região, o que confere a cada um a sua identidade única. Embora distintos, os percursos estão interligados, permitindo a prática de atividades complementares como o pedestrianismo, o cicloturismo e a náutica.

Com uma rica variedade de habitats, sendo alguns dos quais têm aqui a sua maior expressão a nível nacional, a Grande Rota da Ria de Aveiro oferece a oportunidade de explorar um território único, com diversos pontos de interesse relacionados à preservação da natureza e à sua biodiversidade.

Ao analisar o 2.º e o 3.º ciclo de planeamento, constata-se uma diminuição global das massas de água superficiais classificadas como “bom ou superior”. É fundamental notar que, no 3.º ciclo, os sistemas de classificação foram aprimorados com a inclusão de um número maior de indicadores biológicos, a realização dos exercícios de intercalibração e a adoção de limiares e normas mais exigentes. Dessa forma, a comparação entre os ciclos não deve ser considerada de maneira linear, servindo meramente como um indicativo das alterações introduzidas pelo processo de atualização dos critérios avaliativos.

No que respeita ao uso eficiente da água no setor doméstico, a análise baseia-se em dados fornecidos pelas entidades gestoras AdRA e ADCL, bem como nos Relatórios do Estado do Ambiente (REA), disponibilizados pela APA e pela ERSAR. Em 2023, o consumo per capita aproximou-se da meta estabelecida para cinco anos, demonstrando consistência neste indicador.

Em contrapartida, a rega de espaços verdes públicos registou um desvio significativo em relação às metas definidas, devido à expansão urbana e a ruturas na rede. É recomendável a implementação de medidas como a escolha de coberturas vegetais mais eficientes e sistemas de rega inteligente, com automatismos de temporização, sensores de humidade, entre outros.

Quanto à exposição da população ao ruído em zonas mistas e sensíveis, os valores mantêm-se estáveis desde o estudo de 2019. Embora os planos de ação para ruído das vias A1, A25 e A17, avaliados em 2024, tenham gerado dados adicionais, não foi realizado um novo estudo global com cálculos previsionais.

A monitorização da qualidade do ar, baseada no índice de ultrapassagem de limiares de poluentes, registou 10 excedências de partículas PM10 em 2023, causadas por poeiras do Saara trazidas por ventos do quadrante sul. Dados preliminares indicam um possível aumento nas excedências de ozono (O3) e PM10 em 2024, devido a eventos climáticos extremos e incêndios florestais que impactaram a região.

Outro ponto crítico é a gestão de resíduos sólidos urbanos, que exige uma estratégia integrada de sensibilização e redução da produção. A implementação de políticas que incentivem a separação e recolha seletiva de resíduos, assim como a promoção de práticas que minimizem a geração de lixo, são fundamentais para alcançar as metas ambientais e garantir uma economia circular eficiente.

A partir de 2023, o Município de Aveiro implementou a recolha seletiva de resíduos alimentares no canal HORECA (Hotéis, Restaurantes e Cafés) e expandiu o sistema de recolha seletiva multimaterial — incluindo serviços porta-a-porta, ecopontos e ecocentros — abrangendo grande parte do território municipal. Estas iniciativas resultaram num aumento significativo das frações recicláveis recolhidas. Em 2023, foram recolhidas 1.087 toneladas de resíduos através do sistema trífuxo porta-a-porta, valor que duplicou em 2024, atingindo 2.357 toneladas. No que respeita aos biorresíduos, registou-se um aumento de 406 toneladas em 2023 para 1.048 toneladas em 2024.

Este crescimento é atribuído aos projetos de recolha porta-a-porta implementados pela Câmara Municipal de Aveiro em parceria com a ERSUC e geridos pela Veolia. Atualmente, mais de 5.500 moradias e 331 estabelecimentos do canal HORECA estão abrangidos por este sistema.

Em 2024, a taxa de reciclagem em Aveiro atingiu 17,87%, um aumento significativo face aos 13,69% registados em 2023 e aos 7,92% de 2018. Este progresso reflete o compromisso contínuo do município com a sustentabilidade ambiental e a gestão eficiente de resíduos.

Além disso, a Câmara Municipal de Aveiro tem promovido diversas ações de sensibilização junto da comunidade, enfatizando a importância da reciclagem e da compostagem doméstica. Destaca-se a iniciativa EcoAventura – Ação pelo Ambiente, que celebra a Semana do Ambiente da União Europeia com atividades gratuitas de educação ambiental dirigidas aos mais jovens.

Estas medidas estão alinhadas com as metas nacionais e europeias de gestão de resíduos, visando reduzir a deposição de resíduos em aterro e promover a economia circular.

A implementação eficaz destes sistemas de recolha seletiva é essencial para alcançar os objetivos de reciclagem e minimizar o impacto ambiental associado à gestão de resíduos.

Desde 2020, os dados e análises da qualidade do ar passaram a ser disponibilizados diariamente pela APA (Rede QualAR) e em relatórios anuais (REA), com formato distinto dos antigos relatórios da CCDR-C, cujo último foi referente a 2020. O relatório mais recente, de 2023, registou em Aveiro apenas 10 episódios de excedência de PM10, associados a partículas do Saara. Aguarda-se o relatório de 2024, sendo expectável um agravamento nos níveis de Ozono (O₃) e PM10, devido a episódios mais intensos de partículas do Saara e aos grandes incêndios florestais, conforme indicam os boletins diários entre março e outubro.

O Plano Municipal de Ação Climática, em resposta à Lei de Bases do Clima (Lei 98/21 de 31 de dezembro), foi iniciado em 2023 e aprovado em maio de 2024. A primeira etapa envolveu a criação das Matrizes de Energia e Emissões, que permitiram calcular com os dados conhecidos (dados estatísticos INE ou DGEG referente à indústria) as emissões em 332.605 toneladas, uma redução de 5,6% em relação a 2010. Este valor, embora inferior à meta de cinco anos do PDM, é fundamental para a implementação das 15 medidas de mitigação do PMAC, visando atingir os objetivos climáticos nacionais e europeus até 2030.

A dificuldade em correlacionar os dados dos censos, devido ao desenho das secções, com a localização territorial das edificações e população, impede uma avaliação precisa dos riscos naturais. Consequentemente, a utilização deste indicador para o quadro de adaptação e mitigação será descontinuada.

Os dados indicam um aumento da área ardida desde o ano base, possuindo um crescimento significativo nos últimos dois anos. Em 2023 foram registados 115,64 hectares de área ardida, enquanto em 2024 esse número subiu para 143,97 hectares, anos em que o município foi afetado por incêndios florestais de grande dimensão.

A evolução do número de ocorrências de incêndio florestal ao longo dos cinco anos sugere uma estabilização no número de ocorrências entre 2020 e 2022, cerca de 50 ocorrências, seguida de uma diminuição nos últimos dois anos.

Verificou-se um aumento no número de acidentes industriais no transporte de matérias perigosas nos últimos cinco anos, com uma média de 11 acidentes por ano.

Ao nível das ações realizadas no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), verifica-se uma média de 20 ações por ano.

Em 2024, o município de Aveiro registou um total de 21.349 luminárias LED integradas na sua rede de iluminação pública, o que corresponde a 78,20% do total do parque de luminárias instalado. Esta elevada taxa de adoção da tecnologia LED reflete um compromisso claro com a eficiência energética e a sustentabilidade ambiental. Desde 2021, tem-se verificado uma redução consistente no consumo de energia elétrica destinado à iluminação pública, resultado direto da modernização do sistema. A meta definida foi não apenas alcançada, mas superada, com uma diminuição acumulada de 40,72% no consumo energético entre o ano base e o último ano analisado, evidenciando o impacto positivo das medidas implementadas.

Em oposição o consumo de energia em edifícios públicos tem aumentado ao longo dos anos. O principal motivo deve-se à transferência de competências na área da educação e saúde para o Município de Aveiro, aumentando consideravelmente o número de edifícios afetos à gestão municipal.

7.4 FATOR CRÍTICO - COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

FCD4	Critérios de avaliação	Objetivos e metas de referência	Indicadores de Seguimento	Fonte	Unidade de Medida	Ano base	Valor ano base	2020	2021	2022	2023	2024	Metas					
								5 anos	Avaliação a 5 anos	10 anos								
OMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	Desenvolvimento e diversificação do tecido produtivo	Aumento do desenvolvimento económico a partir das componentes inovação e empreendedorismo	Sobrevivência de empresas nascidas 2 anos antes	Autarquia; CCDR-C; ME-DRE-C; IAPMEI; APA; AIDA; UA; Turismo-Centro	%	2016	53,4	56,28	57,37	57,72	-	-	nd	Apesar de não existirem valores para metas a 5 anos, houve um crescimento de +4,32% entre o ano base e o último ano com valores associados	58,4			
			N.º de empresas por atividades de Informação e Comunicação					-	-	-	366	-	↑	Meta atingida crescimento de +67,89% entre o ano base e o último ano em análise.	228,9			
			N.º de pessoas coletivas			2017	324	272	299	338	373	-	↑	Meta atingida crescimento de +67,89% entre o ano base e o último ano em análise.	340,2			
			Hotel 5*					0	0	0	1	1	2	Próximo da meta de 2 hotéis, falta 1.	4			
	Identidade e atratividade	Aposta no setor turismo com valorização e promoção das características diferenciadoras de Aveiro, com especial destaque para o património edificado, vasto património natural	Empreendimentos turísticos por tipologia	Hotel 4*	RNET (Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos) Turismo de Portugal	Nº	2018	433	4	2	3	4	4	5	Próximo da meta de 5 hotéis, falta 1.	6		
				Hotel 3*					7	8	6	6	6	8	Próximo da meta falta 1 hotel.	9		
				Hotel 2*					1	1	2	3	2	2	Meta superada.	1		
				Hotel 1*					1	1	1	1	1	1	Meta atingida	1		
				Parque Campismo					2	1	1	1	1	2	Meta não atingida	2		
				Diversões					-	-	-	-	-	+23%	Eliminar este indicador de seguimento, não é possível fazer o seguimento deste Indicador .	+5%		
				Hotel 5*					2018	0	-	-	-	80	80	120	Aumento do número de camas, contudo não foi atingida a meta.	320
				Hotel 4*							584	584	584	584	704	Aumento do número de camas, contudo não foi atingida a meta.	904	

FCD4	Critérios de avaliação	Objetivos e metas de referência	Indicadores de Seguimento	Fonte	Unidade de Medida	Ano base	Valor ano base	2020	2021	2022	2023	2024	Metas	
								5 anos	10 anos					
COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	Identidade e atratividade	Aposta no setor turismo com valorização e promoção das características diferenciadoras de Aveiro, com especial destaque para o património edificado, vasto património natural			Camas	2018	331	331	499	699	699	699	727	Aumento do número de camas, meta atingida. 777
							24	67	67	67	67	24	Aumento do número de camas, meta atingida 24	
							21	-	-	-	-	21	Manutenção do número de camas. 21	
			Oferta de alojamento turístico.	RNET (Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos) Turismo de Portugal	N.º Camas	2018	-	70	70	70	70	-	Manutenção do número de camas. 560	
							560	560	560	560	560	560	560	560
							1395	1857	2143	2590	3231	3383	↑	Aumento do número de utentes, meta atingida, verifica um crescimento de + 142,51% entre o ano base e o último ano em análise. ↑
			Posto de turismo de Aveiro - Turismo Centro de Portugal	Autarquia/ Turismo do Centro	N.º Visitantes	2018	111636	15953	21540	54091	51112	41673	↑	Meta não atingida, verifica-se desde a pandemia, um decréscimo no número de visitantes, na procura ao espaço, destes espaços. Passou-se a privilegiar o suporte digital/online ao suporte em papel ou pessoal. ↑
			Nº visitantes postos de informação turística	Posto de turismo – Loja Estação	N.º Visitantes	2018	-	-	9140 ¹	17005	24812	33564	↑	Novo indicador relativo ao novo espaço criado em 2021, o número de visitantes tem vindo a aumentar ano após ano, verifica-se um crescimento de + 267,22%, face ao ano inicial. ↑
						Espaço Turismo e Museus - CMA				31335	19215	29355	47872	55657

FCD4	Critérios de avaliação	Objetivos e metas de referência	Indicadores de Seguimento	Fonte	Unidade de Medida	Ano base	Valor ano base	2020	2021	2022	2023	2024	Metas		
								5 anos	Avaliação a 5 anos	10 anos					
COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	Identidade e atratividade	Aposta no setor turismo com valorização e promoção das características diferenciadoras de Aveiro, com especial destaque para o património edificado, vasto património natural.	Museus de Aveiro	Autarquia/ INE	N.º Visitantes	2018	140004	50385	80789	126232	184445	194046	↑	Houve um crescimento superior a +38,60% entre o ano base e o último ano analisado, com valores que já ultrapassaram os níveis pré-pandemia.	↑
							47239	22 212	43173	37414	44078	74039	↑	Meta superada , crescimento +56,73%.	↑
			Teatro Aveirense			2642	-	-	1934	2848	↑	Meta superada, com valores acima do tempo antes da pandemia, +7,80%.	↑		
			CIMIA			7308	190	118	303	729	1100	↑	Diminuição do número de visitantes 84,95 %, meta não superada.	↑	
			Visita guiada Centro Histórico			1455	435	247	419	612	1176	↑	Meta não superada, mas com valores próximos de antes pandemia, - 19,18%.	↑	
			Círculo Arte Nova			6139	815	927	2176	2512	1478	↑	Meta não superada.	↑	
			Visita guiada ECM(Ecomuseu Marinha da Tronçanhada)												

Legenda:

↑ Crescente

↔ Manutenção

↓ Decrescente

++ - Indicador novo

nd- não descriminado

* - não há seguimento no indicador – retirar

1-Espaço aberto ao público desde 01 de julho de 2021, razão pela qual este ano os dados apenas se reportam de julho a dezembro.

7.4.1 Análise Fator Crítico - Competitividade E Desenvolvimento Económico

O fator crítico Competitividade e Desenvolvimento Económico representa uma estratégia abrangente e multifacetada para estimular o crescimento económico, promover o desenvolvimento urbano sustentável e melhorar a qualidade de vida da população. Este fator assume particular relevância na dinamização do tecido empresarial, inovação e reforço da resiliência económica.

A taxa de sobrevivência das empresas nascidas dois anos antes registou um aumento significativo de 4,32%, indicador crucial para a avaliação da resiliência e estabilidade do tecido empresarial local. Este crescimento é aferido com base nos dados de 2022 em comparação com o ano base de 2016, refletindo um cenário positivo para o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas.

O número de pessoas coletivas constituídas mostrou um comportamento desigual entre 2020 e 2021, refletindo o impacto adverso da pandemia de COVID-19 sobre a economia. Durante este período, observou-se uma diminuição na constituição de novas entidades. Todavia, em 2023, foi registada uma recuperação expressiva, com a criação de 373 novas pessoas coletivas, superando o valor do ano base em 49 entidades. Este crescimento demonstra sinais de recuperação económica e renovado dinamismo empresarial.

No panorama empresarial do setor de Informação e Comunicação, um marco significativo foi atingido: o objetivo previamente definido para o número de empresas foi plenamente alcançado. Este sucesso se traduz em um notável incremento, onde o tecido empresarial desta área dinâmica expandiu-se vigorosamente, apresentando um expressivo crescimento que alcançou a marca de 67,89%. Este aumento substancial reflete um período de intensa atividade, inovação e investimento dentro do setor, sinalizando um desenvolvimento robusto e promissor para o futuro da Informação e Comunicação. Atingir esta meta demonstra a vitalidade e o potencial de crescimento inerentes a este segmento da economia.

No domínio industrial, observou-se um reforço substancial da capacidade produtiva local, assente tanto na instalação de novas unidades como na ampliação de estruturas já consolidadas. Merece destaque a implantação de uma nova unidade fabril da empresa Navigator, um investimento de elevada importância estratégica que se traduz na valorização da fileira da celulose e do papel, ao mesmo tempo que promove a criação de emprego qualificado e a introdução de soluções tecnológicas sustentáveis. Simultaneamente, registaram-se ampliações relevantes em várias unidades industriais, nomeadamente OLI, Indasa, Bosch, Irbal e Rodi, entre outras. Estes investimentos têm reforçado a especialização produtiva do território, aumentado a sua competitividade nos mercados externos e consolidado uma base industrial diversificada e resiliente.

No setor comercial, a evolução tem sido igualmente expressiva, refletindo um aumento da atratividade urbana e uma resposta às novas dinâmicas de consumo. A abertura de duas novas lojas da cadeia Mercadona representa um passo relevante na diversificação da oferta alimentar de grande distribuição, ao passo que a ampliação de duas lojas Lidl sinaliza uma estratégia de consolidação e reforço da presença da marca. Para além das grandes superfícies, verificou-se uma dinâmica particularmente intensa na requalificação e revitalização comercial das zonas centrais da cidade, com a abertura de inúmeras lojas novas na Avenida Dr. Lourenço Peixinho e artérias adjacentes, em grande parte decorrente do investimento feito na reabilitação e modernização do espaço público, contribuindo, assim, para a densificação da atividade económica urbana.

No plano do crescimento urbano, os indicadores analisados revelam uma fase de forte expansão, traduzida no aumento do número de edifícios destinados a habitação, quer em regime livre, quer em soluções acessíveis. A construção de habitação a custos controlados na Quinta da Pinheira constitui uma resposta concreta às necessidades habitacionais da população, promovendo maior inclusão social e coesão territorial. Paralelamente, verifica-se um crescimento contínuo do setor do alojamento local, verificou-se em 2024 um aumento exponencial de mais de 140% de camas/utentes desde o ano base de análise e o último ano em análise, evidenciando o impacto do turismo urbano e a crescente procura por alternativas de hospedagem diferenciadas. De salientar ainda a inauguração de um novo hotel de cinco estrelas, que reforça a capacidade instalada no segmento de turismo de qualidade superior. Em termos quantitativos, este ciclo de expansão é corroborado pelo registo de um número recorde de novos licenciamentos urbanísticos, um crescimento expressivo de 50,30%, quando comparado ao período de referência adotado como base, o que confirma a vitalidade do setor da construção e a confiança dos promotores privados no futuro do território.

No âmbito da estratégia municipal de promoção do acesso à habitação, Aveiro tem vindo a apostar em projetos de habitação a custos controlados, destacando-se o desenvolvimento de um bloco de apartamentos na Quinta da Pinheira, em Aradas. Esta iniciativa insere-se num investimento alargado que visa responder à crescente necessidade de soluções habitacionais acessíveis no concelho.

A primeira fase do projeto, concluída em 2024, contempla a construção de 32 frações, distribuídas por várias tipologias: T1, T2 e T3, procura dar resposta a diferentes perfis familiares. Integrado num plano mais vasto que tem em construção um total de 320 apartamentos, este bloco inaugural representa um passo importante na concretização de uma política de habitação mais inclusiva.

O projeto é promovido pela empresa Encobarra Engenharia, em articulação com a Câmara Municipal de Aveiro, e inclui medidas de incentivo como preços de venda abaixo do mercado e benefícios fiscais para os compradores. Com estas condições, pretende-se facilitar o acesso à habitação, especialmente para famílias jovens e agregados com rendimentos intermédios, este investimento não só reforça a coesão social e territorial do município, como também contribui para a dinamização do setor da construção.

A cidade de Aveiro prioriza ainda o setor turístico, investindo na valorização e promoção de seus atributos distintivos, com especial ênfase no rico património edificado e na extensa beleza natural. Essa aposta estratégica contribuiu para o alcance das metas relativamente a oferta de empreendimentos turísticos e alojamento turístico, considerados nas suas diversas tipologias.

Os diversos espaços culturais e naturais de Aveiro, com destaque para os Museus de Aveiro, experimentaram um aumento notável no número de visitantes. Entre o ano base e o último ano analisado, o crescimento superou os 38,60%, elevando os valores a patamares superiores aos registrados antes da pandemia. Este resultado positivo é atribuído, em grande parte, ao impacto da nomeação de Aveiro como Capital Portuguesa da Cultura em 2024, atingindo-se a meta previamente definida.

Destaca ainda o impacto positivo de Aveiro ter sido Capital Portuguesa da Cultura em 2024, funcionando como uma ação de marketing e promoção territorial, bem como os investimentos na qualificação urbana e na realização de eventos ao longo do ano.

No ano de 2024, marcado pela celebração de Aveiro como Capital Portuguesa da Cultura, o Teatro Aveirense registrou um desempenho notável. O número de espectadores cresceu +56,73% em relação ao ano base, superando a meta inicialmente definida e ultrapassando a meta estabelecida e atraindo um total de 74.039 pessoas. Este aumento significativo reflete o ambiente cultural vibrante da cidade e o papel central do teatro na sua programação diversificada.

Em 2024, o Município de Aveiro alcançou um novo recorde no número de visitas a museus, galerias e lojas turísticas, registando um aumento de 19% face ao ano anterior. Este crescimento traduz-se em mais 29.153 visitantes, totalizando mais de 350.000 visitantes.

Especificamente, as visitas a museus e galerias aumentaram de 229.315 em 2023 para 258.468 em 2024, um acréscimo de 11%. As lojas turísticas, como a Loja Turismo & Museus e a Estação, registaram um crescimento de 56%, passando de 64.068 visitantes em 2023 para 92.179 em 2024. Outros equipamentos culturais do município seguiram esta tendência positiva.

Ao nível dos espaços culturais naturais, o Centro Municipal de Interpretação Ambiental (CMIA) de Aveiro, vocacionado para visitas acompanhadas de pequenos grupos, mantém um número de visitantes relativamente estável ao longo dos anos. O perfil típico do visitante inclui participações espontâneas, workshops e ateliers, além de visitas de grupos organizados e escolares. Em 2024, o CMIA realizou um esforço de abertura alargada, funcionando de quarta-feira a sábado, entre abril e setembro.

Os indicadores analisados mostram que Aveiro tem vindo a consolidar a competitividade económica e atratividade turística, mesmo enfrentando desafios externos como a pandemia. O crescimento da taxa de sobrevivência das empresas e o aumento das constituições de pessoas coletivas confirmam a resiliência e adaptabilidade do tecido empresarial local. O fortalecimento das infraestruturas turísticas e as iniciativas culturais são igualmente elementos fundamentais para impulsionar o desenvolvimento sustentável e elevar a qualidade de vida no município

7.5 FATOR CRÍTICO - COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL

FCD5	Objetivos e Metas de referência	Indicadores de seguimento		Fonte	Unidade de Medida	Ano Base	Valor ano base	2020	2021	2022	2023	2024	Metas		
													5 anos	Avaliação a 5 anos	10 anos
COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL	Redução dos fenómenos de pobreza exclusão social	Inserção profissional da população	Ações de Informação, Sessões Coletivas e/ou Sessões de Tutoria.	Autarquia; IPSS's; ARS-C; UA; Escolas; IEFP	N.º	2017	800	173	139	143	249	48	↑	Alteração dos objetivos do GIP, resultou num enorme decréscimo de ações em - 94%.	↑
			N.º de Desempregados Colocados em Ofertas de Emprego			2017	100	53	0	0	0	0	↓	Eliminar este indicador de seguimento, não é possível fazer o seguimento deste indicador.	↓
		Iniciativas municipais de apoio à inclusão.			N.º	2018	17	301	908	1677	3655	3473	23	Meta superada. aumento exponencial, face a alteração de objetivos do GIP.	↑
						2018	45	11	0	0	0	47	35	Meta não atingida.	↑
		Eliminação de assimetrias sociais e redução de pobreza.	Redução de n.º de situações de carência habitacional.		N.º de alojamentos	2018	51	126	198	90	70	31	60	Meta não atingida.	60
			Atribuição de apoio pecuniário no âmbito do FAF.			2018	43	59	69	67	58	53	45	Meta superada.	45
	Melhoria das condições de habitabilidade e desempenho energéticos dos edifícios	Reabilitação de Habitações sociais		N.º de Fogos	2017	94	-	227	-	204	-	477	↓	Meta ainda não atingida, contudo, verifica-se um crescimento de + 117,02%, entre o ano base e o último em ano.	↓
						-	-	-	-	-	41/B-	↑	Empreitada no âmbito da eficiência energética de 204 fogos, existindo uma melhoria clara da eficiência energética. Meta atingida.	↑	
		Certificação energética habitação social		Classe/ n.º fogos	2017	12- F	-	-	-	-	158- C	↑	↑	↑	
						8- E/F	-	-	-	-	5-D	↑	↑	↑	

FCD5	Objetivos e Metas de referência	Indicadores de seguimento		Fonte	Unidade de Medida	Ano Base	Valor ano base	2020	2021	2022	2023	2024	Metas		
													5 anos	Avaliação a 5 anos	10 anos
COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL	Requalificação do espaço público com aumento em número e qualidade dos equipamentos de utilização coletiva e promoção dos hábitos saudáveis de atividade desportiva e vida ativa.	Acesso e cobertura da população a diversos tipos de equipamentos	População servida por equipamentos desportivos	Autarquia; DGEg; ARS-C; IDPJ	Adu/Hab	2016	2,3	-	-	-	-	5,84	2,5	Meta superada em + 3,54, entre o ano base e o último em ano em análise.	3,0
		Promoção de hábitos de vida saudáveis.	Ações desportivas municipais de incentivo à vida ativa.					2	8	18	20	21	↑	Meta atingida.	25 PADMA+29 Estação náutica.
			Instalações desportivas ativas					155	156	143	143	143	↓	Diminuição das instalações desportivas em -12 instalações.	↑

Legenda:

↑ Crescente

↔ Manutenção

↓ Decrescente

++ Indicador novo

nd- não discriminado

≠ - não há seguimento no indicador – retirar

7.5.1 Análise Fator Crítico - Coesão E Inclusão Social

O fator crítico **Coesão e Inclusão Social** constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar dos cidadãos do município, garantindo igualdade de oportunidades e acesso a recursos e serviços essenciais.

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP) desempenha um papel ativo no acompanhamento e desenvolvimento de percursos de inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Entre 2022 e 2023, observou-se um aumento significativo das ações desenvolvidas, com uma média de até 249 iniciativas realizadas em 2023. Contudo, em 2024, houve uma redução drástica para 48 ações, resultado da redefinição dos objetivos do GIP, que passou de um foco na empregabilidade e integração no mercado de trabalho para uma abordagem mais direcionada ao apoio social, essencialmente determinada pela nova realidade de falta de recursos humanos para recrutar para opções de trabalho.

Esta mudança também teve impacto na ausência de colocação de desempregados em ofertas de emprego desde 2021, agravada pela suspensão temporária do GIP entre abril e setembro de 2024.

Apesar destas alterações, o número de ações de apoio à inclusão cresceu exponencialmente, alcançando um total de 3.456 iniciativas realizadas desde o ano base, com uma média anual de cerca de 3.000 nos últimos três anos. Este crescimento reflete o compromisso do município na luta contra a pobreza e a exclusão social.

Entre 2020 e 2024, foram atribuídas 58 habitações sociais, representando uma medida importante no apoio às famílias vulneráveis, apesar de não resolver completamente as carências habitacionais existentes. Estas ações são um contributo essencial para proporcionar estabilidade e segurança às famílias em situação de risco.

Relativamente às condições de habitabilidade e o desempenho energético dos edifícios, e no que concerne ao indicador de Reabilitação de Habitações Sociais, embora a meta estabelecida ainda não tenha sido completamente alcançada, os resultados demonstram um impulso significativo e promissor. Observa-se um crescimento expressivo de +117,02%, o que evidencia um avanço considerável nas intervenções de requalificação. Este aumento substancial sugere um comprometimento ativo do Município em transformar e modernizar o seu parque habitacional social, oferecendo melhores condições de vida e promovendo a eficiência energética para os seus residentes, apesar de ainda haver caminho a percorrer até à concretização plena dos objetivos traçados.

O Fundo de Apoio às Famílias (FAF), criado em abril de 2015, tem demonstrado relevância na função de complementar os apoios sociais do concelho. O número de candidaturas ao fundo tem mantido uma média de 61 por ano, atingindo um pico de 69 em 2021. O apoio prestado pelo FAF alcançou o seu máximo em 2020 e 2021, com 126 e 198 agregados beneficiados, respetivamente. Contudo, desde 2021, este número tem vindo a decrescer, atingindo o mínimo de 31 agregados em 2024. Este declínio está associado à descentralização de competências da Segurança Social para os municípios, que se intensificou em 2022. Com esta

transferência de responsabilidades, a Câmara Municipal de Aveiro tem promovido uma resposta mais abrangente e adaptada às necessidades locais, fortalecendo o apoio social.

No âmbito da Transferência de Competências no domínio da Ação Social, enquadrada no Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, foram criados os Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social nas 10 freguesias do concelho, desde julho de 2022. Para o efeito, foram celebrados Protocolos de Cooperação com 13 instituições de solidariedade social, por forma a assegurar uma cobertura total do território. Os Protocolos subscritos visam assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social e o acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Ademais, com a assunção destas competências, a CMA assumiu a gestão e atribuição dos subsídios eventuais e de carácter emergente aos munícipes em situação de carência económica e vulnerabilidade social.

Assim, a existência destes Serviços facilita o acesso das famílias às informações sobre medidas de apoio social disponíveis a nível local e nacional, permitindo uma gestão mais eficaz dos pedidos e necessidades.

Ao longo do período em análise, a cobertura dos equipamentos de utilização coletiva cresceu 4%, consolidando o compromisso do município na promoção da coesão social. Além disso, as ações desportivas municipais voltadas para incentivar hábitos saudáveis tiveram uma média anual de 17 iniciativas, demonstrando esforços contínuos para fomentar uma vida ativa e saudável entre os habitantes.

Os resultados apresentados evidenciam um progresso consistente nas iniciativas voltadas para a inclusão social, combate à pobreza e promoção da igualdade de oportunidades. A transformação dos objetivos do GIP e as medidas implementadas pelo município refletem um esforço contínuo em adaptar estratégias às necessidades locais, promovendo um impacto positivo na qualidade de vida dos residentes.

8. REVISÃO DOS INDICADORES DE SEGUIMENTO DA PROPOSTA DE SEGUIMENTO

No decorrer do processo é necessário ajustar os indicadores à realidade concreta da implementação e vigência do plano, resultado de evoluções imprevistas e mudanças contextuais significativas, pelo que se apresenta no quadro que segue, uma proposta de revisão do plano de controlo, ajustada à realidade e aos elementos disponíveis para análise.

Fatores Críticos	Objetivos e metas de referência	Indicadores de seguimento		Proposta de Revisão dos Indicadores
FCD1-Reabilitação Urbana e Qualidade de Vida	Promover a coesão dos territórios com a contenção de perímetros urbanos, revitalização dos Vazios e espaços degradados	Pedidos de reabilitação/ reconstrução (n.º)		<u>Eliminar este indicador de seguimento</u> , dado que os relatórios disponíveis no Sistema de Processos de Obras (SPO) não permitem filtrar a informação por tipo de construção.
		Licenças de utilização (até 2024) /Comunicação Prévia (a partir de 2024) / por ano		<u>Criação de Indicador de seguimento</u> com o propósito de monitorizar a dinâmica e vitalidade do setor imobiliário e da construção, englobando igualmente as componentes de reabilitação e reconstrução urbana, em virtude da eliminação do indicador anteriormente utilizado.
FCD2- Fator Crítico Mobilidade e Acessibilidade	Aumento de utilizadores de transportes públicos (em 10%), com proporcional redução da utilização do automóvel particular.	N.º de utilizadores de transportes coletivos- rodoviários.		<u>Criação de novos indicadores de seguimento</u> para o critério de avaliação reforço da integração multimodal de transportes público. Manter todos os indicadores de seguimento deste fator crítico e metas propostas.
		N.º de utilizadores de transportes coletivos fluviais.		
		N.º de utilizadores do sistema de bicicletas partilhadas.		
FCD3- Fator Crítico Património Natural e qualidade dos parâmetros ambientais	Controle e monitorização dos riscos naturais procurando assegurar quadro de adaptação e mitigação das	Área total da zona inundável Habitantes em zonas inundáveis		<u>Eliminar este indicador de seguimento</u> , face a dificuldade em correlacionar os dados dos censos, devido ao desenho das secções, com a localização territorial das edificações e população, o que impede uma avaliação precisa dos riscos naturais. Manter todos os restantes indicadores e metas.
		Habitantes em zonas inundáveis		
		Edificações inseridas em zona inundável.		
FCD4- Fator Crítico - COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	Aposta no setor turismo com valorização e promoção das características diferenciadoras de Aveiro, com especial destaque para o património edificado, vasto património natural	Diversos		<u>Eliminar este indicador de seguimento</u> , face a dificuldade em fazer o seu seguimento. Manter todos os restantes indicadores e metas.
		Posto de turismo – Loja Estação	N.º de visitantes	
FCD5-Fator Crítico - COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL	Redução dos fenómenos de pobreza exclusão social	Inserção profissional da população	N.º de Desempregados Colocados em Ofertas de Emprego	<u>Eliminar este indicador de seguimento</u> , face a mudança dos objetivos do Gabinete de Inserção Profissional (GIP).Manter todos os restantes indicadores e metas.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Aveiro representa um marco significativo na evolução do planeamento territorial, destacando-se pela capacidade de adaptação às alterações ambientais, sociais e económicas que moldam o presente e o futuro do município. Este esforço reflete um compromisso consistente em alinhar as políticas de desenvolvimento às realidades contemporâneas, proporcionando uma base sólida para a construção de um município mais sustentável, inclusivo e resiliente. A obrigatoriedade legal de revisão periódica dos PDM sublinha a importância de manter estas ferramentas de planeamento atualizadas e pertinentes, garantindo que as estratégias municipais continuem a responder eficazmente aos desafios emergentes e às necessidades da comunidade.

Entre os avanços mais relevantes constatados na monitorização, destaca-se o aumento de 8,87 m² de espaços verdes por habitante, um progresso substancial que reafirma o compromisso do município com a qualidade de vida e a sustentabilidade urbana. Esse esforço contribui não apenas para o bem-estar dos cidadãos, mas também para a mitigação de impactos ambientais negativos associados à urbanização. Em paralelo, a expansão da rede clicável e o aprimoramento da integração multimodal dos transportes públicos demonstram uma vontade de transformar Aveiro numa cidade modelo no âmbito da mobilidade sustentável. O crescimento expressivo do número de passageiros transportados pelo Aveiro Bus, que atingiu quase 1,6 milhão em 2024, reflete a eficácia das iniciativas implementadas, como os passes gratuitos e a extensão da rede de transporte em 286.501 km. Esta abordagem promove não só um sistema de transporte mais inclusivo e eficiente, mas também fomenta uma redução significativa das emissões de carbono e uma maior conectividade entre diferentes zonas do território.

Embora os progressos sejam evidentes, os desafios enfrentados continuam a exigir atenção redobrada e soluções inovadoras. A diminuição da qualidade das massas de água superficiais, atribuída à introdução de critérios mais rigorosos de avaliação no terceiro ciclo de planeamento, salienta a necessidade de intensificar os esforços para proteger os recursos hídricos e mitigar os impactos das atividades humanas sobre os ecossistemas naturais. Da mesma forma, o crescimento na produção de resíduos urbanos, embora parcialmente justificado pela expansão urbana e pelo aumento de atividades comerciais e turísticas, requer uma abordagem mais integrada e eficiente na gestão de resíduos. Iniciativas como a recolha seletiva de bioresíduos no setor HORECA e a expansão da recolha multimaterial são passos importantes, mas precisam de ser ampliadas para alcançar resultados ainda mais substanciais.

O Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) surge como uma peça fundamental na estratégia de mitigação e adaptação climática, com a aprovação de 15 medidas concretas que apontam para a redução de 5,6% nas emissões de carbono desde 2010. Neste contexto, destaca-se a substituição progressiva da iluminação pública por tecnologia LED, que tem contribuído para uma diminuição significativa do consumo energético, sem comprometer os níveis de luminosidade necessários para garantir a segurança e a funcionalidade urbana. O PMAC é, pois, um exemplo meritório de resposta proactiva, apontando caminhos para a redução das emissões de carbono em alinhamento com as metas climáticas nacionais e europeias. No entanto, os resultados ainda mostram que há um longo percurso até alcançar os objetivos de

2030, sobretudo no que diz respeito à eficiência energética e à mitigação dos impactos climáticos no território local.

A Câmara Municipal de Aveiro tem demonstrado um compromisso significativo com a inclusão social através de diversas iniciativas nos últimos anos. Embora não existam dados específicos que confirmem uma média anual de cerca de 3.000 projetos de apoio à inclusão nos últimos três anos, várias ações relevantes foram implementadas, das quais se destacam:

- Programa Especial para Investimento em Equipamentos Sociais, lançado em janeiro de 2024, este programa prevê um investimento de 4 milhões de euros até 2025, destinado à criação, remodelação e adaptação de infraestruturas sociais, como creches, lares de idosos e centros de dia, estando em desenvolvimento nove investimentos em IPSS.
- Atribuição de Habitações Sociais: em setembro de 2024, a autarquia aprovou a entrega de 66 habitações em regime de arrendamento apoiado, localizadas em diversos bairros do município. Este processo contou com 618 candidaturas, das quais 527 foram consideradas válidas.
- Programa Municipal de Desenvolvimento Habitacional, aprovado em abril de 2024, este programa estabelece uma estratégia abrangente para enfrentar a pressão habitacional no município, visando otimizar recursos habitacionais e promover a reabilitação urbana.

Além disso, a Câmara tem realizado um acompanhamento técnico contínuo dos inquilinos das habitações sociais, implementando ações e programas que visam aumentar a integração social e a qualidade de vida dos munícipes.

Estas iniciativas refletem o esforço contínuo do município de Aveiro em promover a inclusão social e melhorar as condições de vida da sua população.

Destaca-se, ainda, o projeto em desenvolvimento na Quinta da Pinheira, em Aradas, onde a empresa Encobarra Engenharia Lda. está a construir em regime de CDH / Habitação a Custos Controlados, um total de 320 apartamentos, distribuídos por 10 blocos de quatro pisos cada. Com um investimento estimado em cerca de 50 milhões de euros, esta iniciativa conta com o apoio da Câmara Municipal de Aveiro e a certificação do IHRU. O primeiro bloco, composto por 32 frações, foi inaugurado no dia 2 de setembro de 2024.

No âmbito da Transferência de Competências no domínio da Ação Social, enquadrada no Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, foram criados os Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social nas 10 freguesias do concelho, desde julho de 2022. Para o efeito, foram celebrados Protocolos de Cooperação com 13 instituições de solidariedade social, por forma a assegurar uma cobertura total do território. Os Protocolos subscritos visam assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social e o acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Ademais, com a assunção destas competências, a CMA assumiu a gestão e atribuição dos subsídios eventuais e de caráter emergente aos munícipes em situação de carência económica e vulnerabilidade social.

Assim, a existência destes Serviços facilita o acesso das famílias às informações sobre medidas de apoio social disponíveis a nível local e nacional, permitindo uma gestão mais eficaz dos pedidos e necessidades.

Em termos económicos, a taxa de sobrevivência das empresas locais, que registou um crescimento de 4,32%, reflete um tecido empresarial resiliente e dinâmico. Este indicador é particularmente relevante num contexto de incertezas económicas globais, posicionando Aveiro como uma região capaz de sustentar o desenvolvimento económico sem comprometer os princípios de sustentabilidade e inclusão.

Para o futuro, a capacidade de Aveiro em consolidar-se como um modelo de cidade e Município tanto ao nível das preocupações ambientais como da vertente da inovação dependerá do aprofundamento das respetivas estratégias de integração tecnológica e de outras medidas comuns às cidades resilientes. Projetos como a expansão das infraestruturas inteligentes e a promoção de modelos de economia circular, centrados na reutilização de recursos e na redução de resíduos, deverão ocupar um lugar na agenda municipal. Além disso, o município deverá continuar a maximizar as oportunidades de financiamento europeu, transformando essas parcerias em soluções concretas para os desafios climáticos, habitacionais e sociais, o que já está a acontecer em alguns domínios da atuação municipal.

A longo prazo, a continuidade do sucesso de Aveiro dependerá da habilidade em antecipar tendências, responder de forma ágil às mudanças e capitalizar as oportunidades emergentes, mantendo uma visão estratégica ousada, fundamentada nos princípios de justiça, inovação e sustentabilidade. Este caminho exige perseverança e criatividade para superar os obstáculos e garantir que o desenvolvimento territorial seja equilibrado, inclusivo e duradouro, beneficiando as gerações presentes e futuras.

O Presidente da Câmara,



(José Agostinho Ribau Esteves, engº)

10. BIBLIOGRAFIA

Agência Portuguesa do Ambiente (2020), “Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas”.

Câmara Municipal de Aveiro (2019), “Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Aveiro”

Câmara Municipal de Aveiro (2018), Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), para o período de 2018-2027.

Direção-Geral do Território (2020), “Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 (COS 2018)”, Direção-Geral do Território.

Instituto Nacional de Estatística- https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main

Direção-Geral do Território - <https://www.dgterritorio.gov.pt/>

Agência Portuguesa do Ambiente - <https://apambiente.pt/>